



Cenário da Exclusão Escolar no Brasil

Um alerta sobre os impactos da
pandemia da COVID-19 na Educação

REALIZAÇÃO

Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF)

Florence Bauer - Representante do UNICEF no Brasil

Paola Babos - Representante adjunta para Programas do UNICEF no Brasil

Ítalo Dutra - Chefe de Educação do UNICEF no Brasil

Michael Klaus - Chefe de Comunicação e Parcerias do UNICEF no Brasil

Liliana Chopitea - Chefe de Políticas Sociais, Monitoramento e Avaliação do UNICEF no Brasil

NÚCLEO EDITORIAL

Elisa Meirelles Reis - Oficial de Comunicação do UNICEF no Brasil

José Gilberto Boari - Oficial de Monitoramento e Avaliação do UNICEF no Brasil.

Júlia Ribeiro - Oficial de Educação do UNICEF no Brasil

PRODUÇÃO EDITORIAL

Centro de Estudos e Pesquisas em Educação e Ações Comunitárias – CENPEC

Anna Helena Altenfelder - Presidente do Conselho Administrativo e Diretora Executiva

Romualdo Luiz Portela de Oliveira - Diretor de Pesquisa e Avaliação

Solange Feitoza Reis - Coordenadora de Pesquisa e Avaliação

Pâmela Félix Freitas - Pesquisadora

Maria Paula Ferreira - Estatística

Vilmar Oliveira - Projeto gráfico, capa e diagramação

Foto de capa - ©UNICEF/BRZ/Raoni Libório

unicef.org.br

facebook.com/unicefbrasil

twitter.com/unicefbrasil

instagram.com/unicefbrasil

Abril, 2021

Cenário da Exclusão Escolar no Brasil

Um alerta sobre os impactos da pandemia da COVID-19 na Educação

Dados publicados no site da estratégia Busca Ativa Escolar (buscaativaescolar.org.br) do UNICEF e parceiros

Realização:



Produção Editorial:





©UNICEF/BRZ/RAONI LIBÓRIO

Apresentação

Nos últimos anos, o Brasil vinha avançando, lentamente, na garantia do acesso de cada criança e adolescente à Educação. De 2016 até 2019, o percentual de meninas e meninos de 4 a 17 anos na escola vinha crescendo no País.

As desigualdades, no entanto, permaneciam. Em 2019, havia quase 1,1 milhão crianças e adolescentes em idade escolar obrigatória fora da escola no Brasil. A maioria deles, crianças de 4 e 5 anos e adolescentes de 15 a 17 anos.

A exclusão escolar afetava principalmente quem já vivia em situação mais vulnerável. A maioria fora da escola era composta por pretas(os), pardas(o) e indígenas. Proporcionalmente, a exclusão afetava mais as regiões Norte e Centro-Oeste. E, de cada 10 crianças e adolescentes fora da escola, 6 viviam em famílias com renda familiar *per capita* de até ½ salário mínimo. A desigualdade social presente em nossa sociedade se reproduzia ao olhar para a exclusão escolar.

Então chegou a pandemia da Covid-19. E a desigualdade e a exclusão se agravaram ainda mais. Com escolas fechadas, quem já estava excluído ficou ainda mais longe de seu direito de aprender. E aqueles que estavam matriculados, mas tinham menos condições de se manter aprendendo em casa – seja por falta de acesso à internet, pelo agravamento da situação de pobreza e outros fatores – acabaram tendo seu direito à educação negado.

Em novembro de 2020, mais de 5 milhões de meninas e meninos de 6 a 17 anos não tinham acesso à educação no Brasil. Desses, mais de 40% eram crianças de 6 a 10 anos, faixa etária em que a educação estava praticamente universalizada antes da pandemia.

Os números são alarmantes e trazem um alerta urgente. O País corre o risco de regredir mais de duas décadas no acesso de meninas e meninos à educação. É urgente reabrir as escolas em segurança e tomar todas as medidas necessárias para garantir o direito de aprender. Entenda, nas próximas páginas, como é o cenário da exclusão escolar no Brasil, os impactos da pandemia e o que pode ser feito para reverter essa situação.

Boa leitura!

Florence Bauer

Representante do UNICEF no Brasil



© UNICEF/BRZ/MULUGETA AYENE

Sumário

Cenário da Exclusão Escolar no Brasil

Um alerta sobre os impactos da pandemia da COVID-19 na Educação

Introdução.....	8
1. A exclusão escolar no Brasil	11
2. A exclusão escolar rural e urbana	20
3. A exclusão escolar por sexo e cor/raça	25
4. A exclusão escolar por faixa de renda	29
5. Os motivos para estar fora da escola	34
6. 2020 – O cenário da Pandemia	44
7. Recomendações: a urgência do enfrentamento da exclusão escolar	51
Nota técnica.....	55



© UNICEF/BRZ/RAONI LIBÓRIO

Introdução

A exclusão escolar tem classe e cor. A situação de vulnerabilidade em que se encontram crianças e adolescentes pobres, pretas(os), pardas(os) e indígenas, no Brasil, não é uma coincidência, não é resultado de um processo histórico que, tal como a natureza, não é previsível nem controlável, mas da manutenção de escolhas que condenam grandes parcelas da população à invisibilidade, ao abandono e ao silenciamento.

Os dados aqui apresentados indicam, por um lado, o esforço que o Poder Público (federal, estadual e municipal) precisará realizar para incluir todas as crianças e todas(os) as(os) adolescentes na escola, e por outro, chamam a atenção para as prioridades das políticas educacionais que precisam ser adotadas em cada região, em cada estado e no país.

As parcelas da população em idade escolar mais excluídas concentram-se entre as crianças de 4 e 5 anos e entre adolescentes de 15 a 17 anos.

A inclusão dessas faixas etárias na escolarização obrigatória no Brasil foi estabelecida em 2009, pela Emenda Constitucional n. 59, e o prazo para sua implantação se encerrou em 2016. Passados 12 anos de sua promulgação, são essas parcelas da população em idade escolar que menos têm acesso à escola, indicando que a garantia do direito à educação, estabelecida na lei, ainda tem um longo caminho para efetivar-se.

Considerando que adolescentes de 15 a 17 anos são a faixa etária que deveria estar cursando o final da Educação Básica, essa parcela de “foras da escola” pode diminuir ano a ano sem que políticas voltadas ao acesso e à permanência se realizem no Ensino Médio, pois a dinâmica demográfica tem apontado a diminuição dessa parcela da população nos últimos anos em todas as regiões brasileiras.

Mas essa justificativa não se aplica no caso das crianças de 4 e 5 anos — o cenário é outro. Com exceção da Região Nordeste, onde houve queda na população nessa faixa etária entre os anos de 2016 e 2019, nas demais houve crescimento.

No entanto, além de ir de encontro à legislação vigente, tal exclusão nega o direito dessas(es) crianças e adolescentes ao conhecimento sistematizado, ao desenvolvimento de habilidades e valores necessários à socialização do indivíduo e à possibilidade de fazer escolhas no presente e no futuro.

Esse cenário reafirma a vulnerabilidade da população nessas faixas etárias e expressa a fragilidade das políticas públicas para a garantia de um direito humano fundamental.

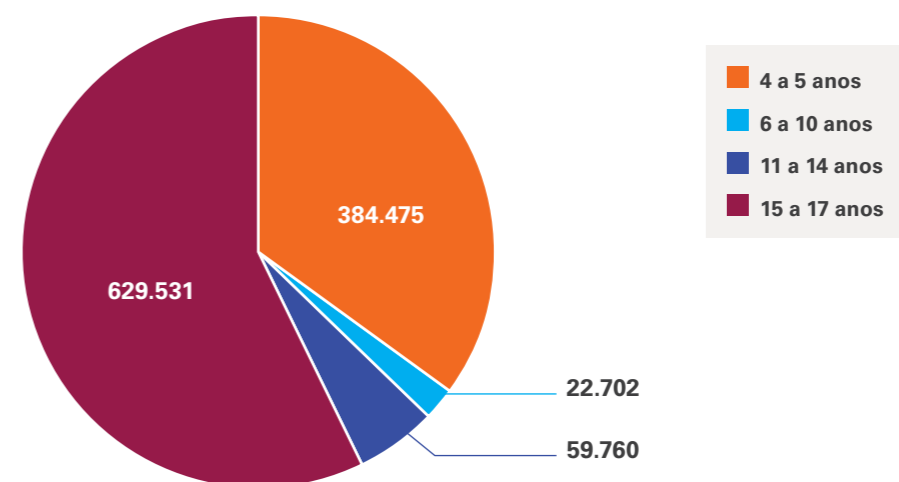
O panorama que o ano de 2019 apresentou deveria ser suficiente para mobilizar dirigentes, profissionais da educação em todas as esferas de gestão, crianças, adolescentes, seus familiares e toda a sociedade por mudanças que incluam todas e todos. O agravamento da situação verificado em 2020 é alarmante e requer ações urgentes.



1. A exclusão escolar no Brasil

No Brasil, estima-se que quase 1,1 milhão de crianças e adolescentes em idade escolar obrigatória estavam fora da escola em 2019, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad). A maioria nas faixas etárias de 15 a 17 anos, idade na qual todos deveriam estar cursando o Ensino Médio, e de 4 e 5 anos, que corresponde à Pré-Escola, segundo grupo etário da Educação Infantil.

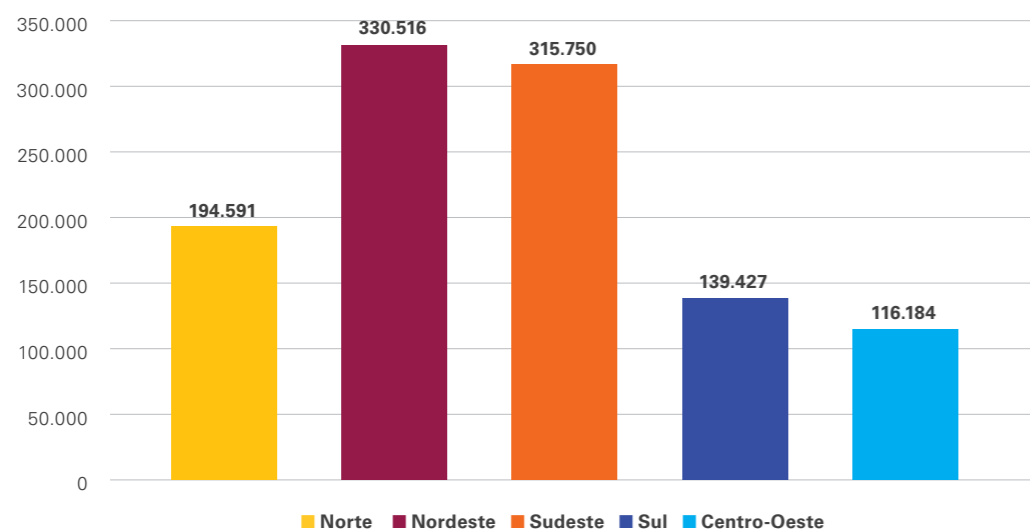
Gráfico 1. População de 4 a 17 anos fora da escola, Brasil, 2019



Fonte: IBGE. Pnad 2019. Nota: Não foram considerados nos cálculos 549.466 jovens de 15 a 17 anos que declararam ter completado o Ensino Médio. Desses, 148.026 estão frequentando a escola e 401.440 não estão frequentando a escola.

As regiões Nordeste e Sudeste concentram, em números absolutos, a maioria da população que está fora da escola, como indicado no gráfico a seguir. Esse resultado é coerente com o fato de que essas duas regiões concentram a maior parte da população.

Gráfico 2. População de 4 a 17 anos fora da escola, regiões, 2019



Fonte: IBGE. Pnad 2019. **Nota:** Não foram considerados nos cálculos 549.466 adolescentes de 15 a 17 anos que declararam ter completado o Ensino Médio. Desses, 148.026 estão frequentando a escola e 401.440 não estão frequentando a escola.

Quando se compara a população nessa faixa etária que não concluiu a Educação Básica e que deveria estar na escola com a população que está fora da escola em cada uma das regiões, verifica-se, em termos percentuais, que a exclusão é maior nas regiões Norte e Centro-Oeste.

Tabela 1. População de 4 a 17 anos que não completou a Educação Básica e que está fora da escola, Brasil e regiões, 2019

	População de 4 a 17 anos que não completou a Educação Básica	População de 4 a 17 anos fora da escola	Percentual da população de 4 a 17 anos fora da escola na região
Norte	4.492.766	194.591	4,3
Nordeste	12.100.740	330.516	2,7
Sudeste	15.253.319	315.750	2,1
Sul	5.192.524	139.427	2,7
Centro-Oeste	3.289.560	116.184	3,5
BRASIL	40.328.908	1.096.468	2,7

Fonte: IBGE. Pnad 2019. **Nota:** Não foram considerados nos cálculos 549.466 jovens de 15 a 17 anos que declararam ter completado o Ensino Médio. Desses, 148.026 estão frequentando a escola e 401.440 não estão frequentando a escola.

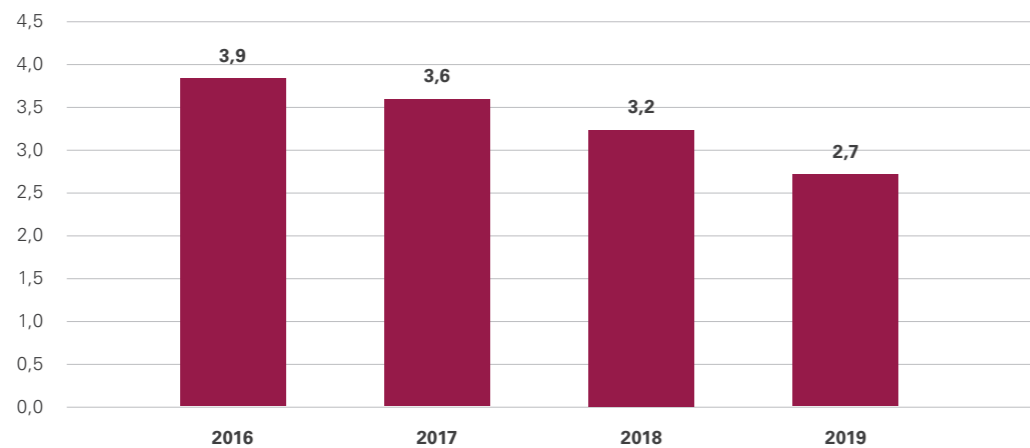


©UNICEF/BRZ/MARCELO SOARES

Estima-se em 10.133.545 o número de crianças de 0 a 3 anos em todo o Brasil, no ano de 2019. Desse total, 6.528.787 (64,4%) não frequentavam a Educação Infantil e 3.604.758 crianças dessa faixa etária estavam matriculadas. Considerando-se as redes pública e privada, 2.583.329 crianças estavam matriculadas na rede pública e 1.021.429 nas privadas.

Os dados da PNAD Contínua apontam para uma diminuição no percentual de crianças e adolescentes fora da escola no país, entre os anos de 2016 e 2019.

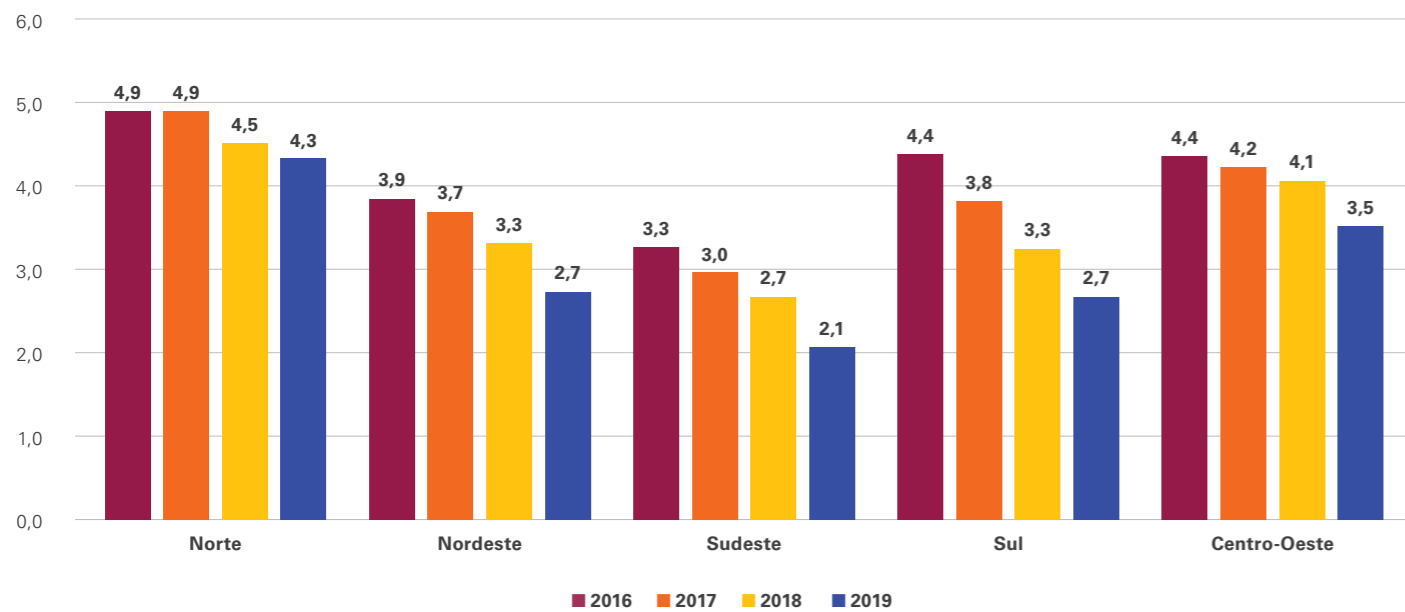
Gráfico 3. Percentual de crianças e adolescentes de 4 a 17 anos fora da escola, Brasil (2016-2019)



Fonte: IBGE. Pnad 2019. Nota: Não foram considerados nos cálculos 549.466 adolescentes de 15 a 17 anos que declararam ter completado o Ensino Médio. Desses, 148.026 estão frequentando a escola e 401.440 não estão frequentando a escola.

A Região Norte apresenta os mais elevados percentuais de crianças e adolescentes fora da escola e também a menor queda percentual na exclusão escolar entre os anos 2016 e 2019.

Gráfico 4. Percentual de crianças e adolescentes de 4 a 17 anos fora da escola, regiões (2016-2019)



Fonte: IBGE. Pnad 2019. Nota: Não foram considerados nos cálculos 549.466 adolescentes de 15 a 17 anos que declararam ter completado o Ensino Médio. Desses, 148.026 estão frequentando a escola e 401.440 não estão frequentando a escola.

Em todas as regiões, crianças com 4 e 5 anos e adolescentes de 15 a 17 anos são a maioria dentre os que estão fora da escola. Com exceção do Sudeste, o número absoluto de crianças com 4 e 5 anos aumentou durante os últimos anos (2016-2019). Verifica-se que houve queda no número de crianças nessa faixa etária que esteve fora da escola, com exceção da Região Norte, que apresentou aumento.

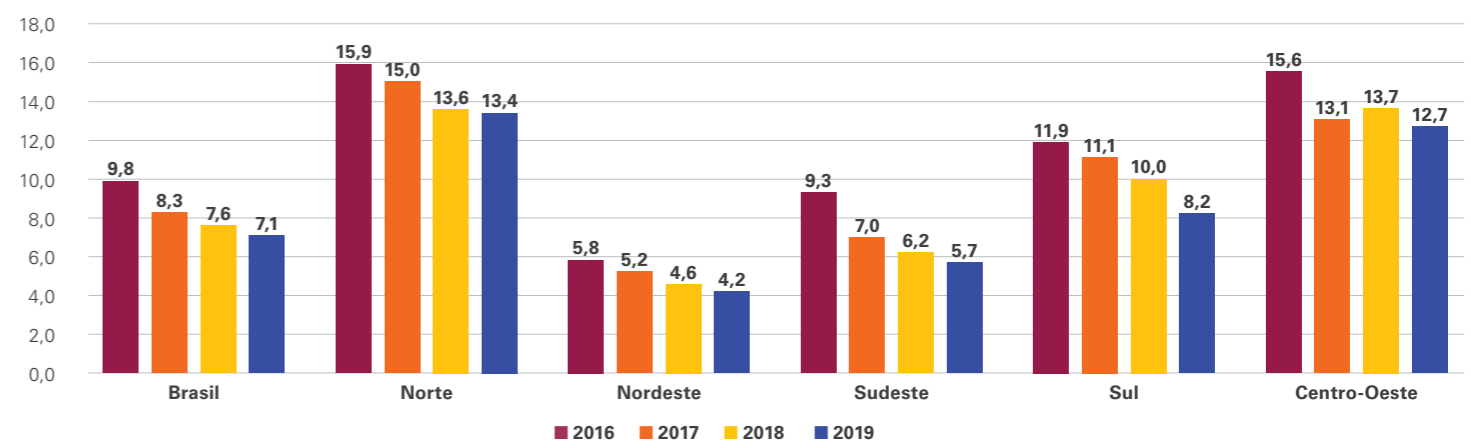
Tabela 2. População de 4 e 5 anos que não completou a Educação Básica e que está fora da escola, Brasil e regiões, 2016-2019

	2016		2017		2018		2019	
	População de 4 e 5 anos	População de 4 e 5 anos fora da escola	População de 4 e 5 anos	População de 4 e 5 anos fora da escola	População de 4 e 5 anos	População de 4 e 5 anos fora da escola	População de 4 e 5 anos	População de 4 e 5 anos fora da escola
Norte	590.387	93.696	575.692	86.263	555.532	75.306	606.666	81.579
Nordeste	1.587.266	92.489	1.562.781	81.149	1.530.770	69.933	1.554.897	65.993
Sudeste	1.975.513	182.788	2.035.602	142.277	2.120.374	131.584	2.085.161	119.562
Sul	679.718	80.707	694.128	76.767	709.795	71.051	743.357	60.856
Centro-Oeste	429.679	67.130	400.742	52.576	433.554	59.597	444.395	56.485
BRASIL	5.262.563	516.810	5.268.945	439.032	5.350.025	407.471	5.434.476	384.475

Fonte: IBGE. Pnad 2019

O gráfico a seguir apresenta os percentuais da população com 4 e 5 anos fora da escola nos anos de 2016 a 2019, em cada região. Enquanto em números absolutos a quantidade de crianças nessa faixa etária cresceu na Região Norte, em números percentuais houve queda, ainda que muito pequena. Destaca-se que na Região Nordeste encontram-se os mais baixos percentuais de crianças de 4 e 5 anos fora da escola, o que pode sugerir a existência de políticas públicas de inclusão dessa faixa etária.

Gráfico 5. Percentual da população com 4 e 5 anos fora da escola (2016-2019)



Fonte: IBGE. Pnad 2019

Embora os números absolutos de crianças e adolescentes fora da escola nas idades que correspondem ao Ensino Fundamental (6 a 14 anos) sejam elevados no cenário da exclusão escolar (82.461 em todo o país), chamam a atenção as reduções verificadas nas regiões Nordeste e Sudeste.

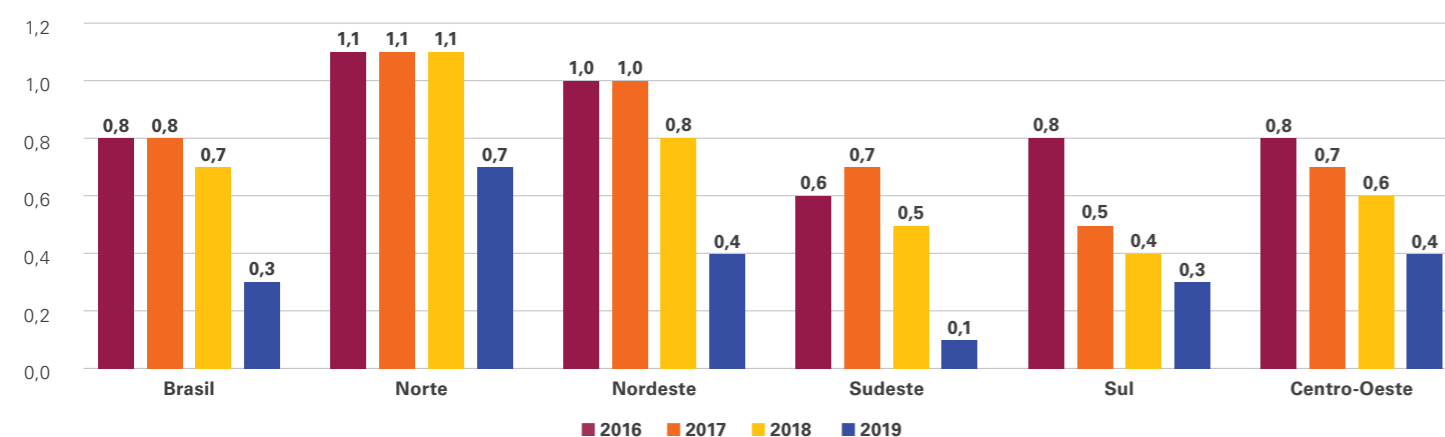
Tabela 3. População de 6 a 14 anos que não completou a Educação Básica e que está fora da escola, Brasil e regiões, 2016-2019

	2016		2017		2018		2019	
	População de 6 a 14 anos	População de 6 a 14 anos fora da escola	População de 6 a 14 anos	População de 6 a 14 anos fora da escola	População de 6 a 14 anos	População de 6 a 14 anos fora da escola	População de 6 a 14 anos	População de 6 a 14 anos fora da escola
Norte	2.957.015	33.567	2.914.693	30.827	2.870.698	30.755	2.885.351	21.433
Nordeste	8.162.149	78.698	8.007.459	77.300	7.842.671	61.342	7.792.590	27.615
Sudeste	9.953.603	61.297	9.948.817	65.766	9.846.999	51.096	9.805.495	13.922
Sul	3.376.403	26.168	3.366.622	17.008	3.353.224	13.614	3.304.339	10.670
Centro-Oeste	2.096.871	15.983	2.089.023	14.040	2.056.904	12.712	2.134.791	8.819
BRASIL	26.546.041	215.713	26.326.614	204.941	25.970.496	169.519	25.922.566	82.459

Fonte: IBGE. Pnad 2019

O percentual de crianças de 6 a 14 anos fora da escola apresentou uma diminuição considerável em todas as regiões, no período de 2016 a 2019, sendo essa etapa da escolarização básica a que menos exclui quando se trata das matrículas.

Gráfico 6. Percentual da população de 6 a 14 anos fora da escola (2016-2019)



Fonte: IBGE. Pnad 2019

De 2016 a 2019 diminuiu o número de adolescentes de 15 a 17 anos que estava fora da escola. No entanto, registra-se que a população nessa faixa etária também diminuiu nas regiões Nordeste e Sudeste, as mais populosas.

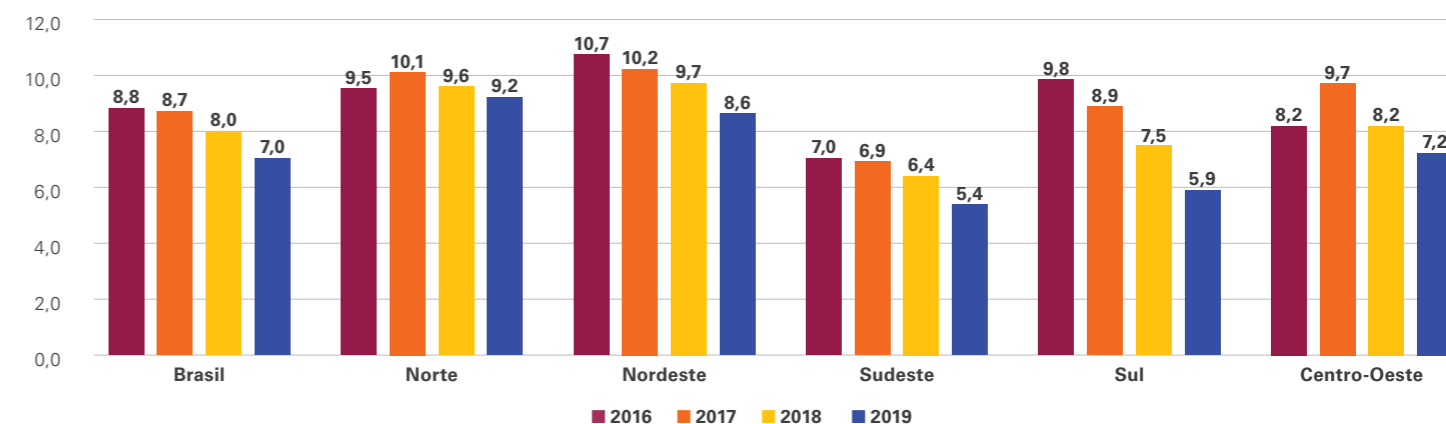
Tabela 4. População de 15 a 17 anos que não completou a Educação Básica e que está fora da escola, Brasil e regiões, 2016-2019

	2016		2017		2018		2019	
	População de 15 a 17 anos	População de 15 a 17 anos fora da escola	População de 15 a 17 anos	População de 15 a 17 anos fora da escola	População de 15 a 17 anos	População de 15 a 17 anos fora da escola	População de 15 a 17 anos	População de 15 a 17 anos fora da escola
Norte	1.017.705	96.543	1.042.767	105.260	967.151	92.412	1.000.748	91.579
Nordeste	3.001.339	319.846	3.009.341	307.658	2.820.996	273.195	2.753.252	236.906
Sudeste	3.879.026	271.228	3.759.105	258.233	3.559.921	229.094	3.362.662	182.266
Sul	1.340.569	131.046	1.218.195	108.806	1.122.715	84.628	1.144.827	67.901
Centro-Oeste	712.066	58.476	710.960	69.287	697.094	57.450	710.373	50.879
BRASIL	9.950.705	877.139	9.740.368	849.244	9.167.877	736.779	8.971.862	629.531

Fonte: IBGE. Pnad 2019

Em números percentuais, é na Região Sul que se verifica a maior queda na exclusão de adolescentes. Nas regiões Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste a queda é de até 1 ponto percentual, enquanto na Região Norte é de 0,4 ponto percentual, o que sugere que os maiores esforços e investimentos na inclusão de adolescentes de 15 a 17 anos na escola são necessários na região.

Gráfico 7. Percentual da população de 15 a 17 anos fora da escola (2016-2019)



Fonte: IBGE. Pnad 2019

O cenário da exclusão escolar se produz em cada estado brasileiro em proporções diferentes. Em todos os estados que compõem a Região Norte verificam-se percentuais de exclusão acima da média nacional (2,7%), sendo os maiores percentuais de crianças e adolescentes fora da escola encontrados no Acre (6,4%) e no Amapá (6,3%). No Nordeste, três estados apresentam percentuais abaixo da média nacional: Piauí (1,5%), Rio Grande do Norte (1,7%) e Bahia (2,5%), enquanto o Ceará registra o mesmo percentual da média nacional (2,7%). Destacam-se os estados de Alagoas (4,3%), da

Paraíba (3,4%) e de Sergipe (3%), que apresentam os piores indicadores de exclusão na região. No Sudeste, região mais rica do país, o Espírito Santo se iguala à média nacional, com 2,7%. Na Região Sul, o estado do Rio Grande do Sul (3%) e o estado do Paraná (2,9%) ultrapassam a média. Por fim, no Centro-Oeste, verifica-se que todos os estados, inclusive o Distrito Federal, apresentam percentuais superiores à média nacional.

Tabela 5. População de 4 a 17 anos fora da escola, por estado, 2019

	Unidade da Federação	População de 4 a 17 anos	População de 4 a 17 anos que não frequenta a escola	Percentual da população de 4 a 17 anos que não frequenta a escola
Norte	Rondônia	371.119	17.200	4,6
	Acre	226.502	14.453	6,4
	Amazonas	1.036.832	43.334	4,2
	Roraima	141.987	5.806	4,1
	Pará	2.149.037	89.692	4,2
	Amapá	212.750	13.441	6,3
	Tocantins	354.540	10.665	3
Nordeste	Maranhão	1.752.100	49.370	2,8
	Piauí	686.852	10.517	1,5
	Ceará	1.857.376	49.900	2,7
	Rio Grande do Norte	703.357	11.994	1,7
	Paraíba	827.820	28.309	3,4
	Pernambuco	1.934.774	56.277	2,9
	Alagoas	742.551	31.922	4,3
	Sergipe	492.645	14.918	3
	Bahia	3.103.264	77.309	2,5
Sudeste	Minas Gerais	3.846.022	93.491	2,4
	Espírito Santo	778.838	20.926	2,7
	Rio de Janeiro	2.748.009	58.459	2,1
	São Paulo	7.880.449	142.874	1,8
Sul	Paraná	2.079.537	61.192	2,9
	Santa Catarina	1.240.957	22.529	1,8
	Rio Grande do Sul	1.872.030	55.706	3
Centro-Oeste	Mato Grosso do Sul	566.219	22.111	3,9
	Mato Grosso	727.330	23.609	3,2
	Goiás	1.435.885	54.654	3,8
	Distrito Federal	560.127	15.810	2,8
BRASIL		40.328.908	1.096.468	2,7

Fonte: IBGE. Pnad 2019. Nota: Não foram considerados nos cálculos 549.466 jovens de 15 a 17 anos que declararam ter completado o Ensino Médio. Desses, 148.026 estão frequentando a escola e 401.440 não estão frequentando a escola.



2. A exclusão escolar urbana e rural

As desigualdades de acesso a bens sociais, culturais e econômicos entre as áreas urbanas e rurais são bastante conhecidas, e a escola, muitas vezes, o único lugar de convívio e socialização fora da família. A manutenção dessas desigualdades pode representar impactos importantes na vida de cada uma das crianças e das(os) adolescentes, de suas comunidades e de toda a sociedade.

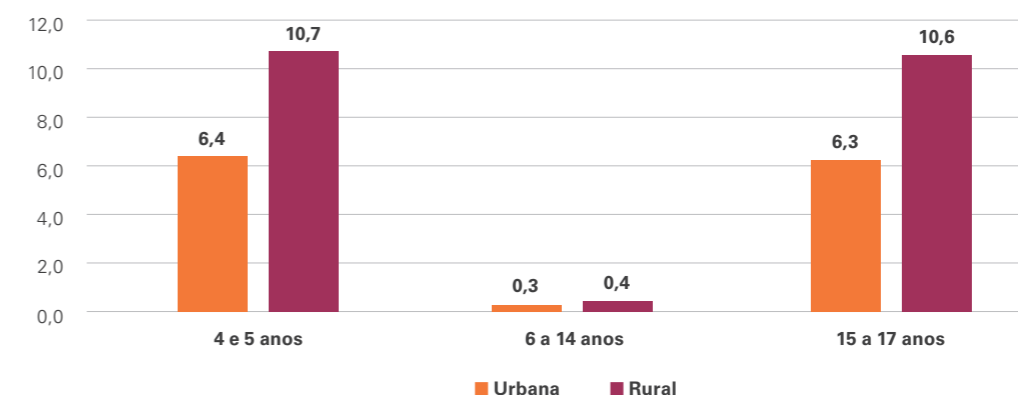
Em todo o Brasil, crianças e adolescentes vivendo nas áreas rurais são as(os) mais afetada(o)s pela exclusão escolar. No ano de 2019, mais de 10% das crianças de 4 e 5 anos e de adolescentes de 15 a 17 anos nessas localidades estavam fora da escola. Uma parcela dessas crianças e adolescentes reside em áreas isoladas ou de alta vulnerabilidade, como os territórios da Amazônia Legal e do Semiárido, que, juntos, abrigam 35,7% das matrículas da Educação Básica em redes públicas no Brasil¹.

O Gráfico 8 permite afirmar que quando há priorização da oferta, como foi o caso do Ensino Fundamental por tantos anos, é possível minimizar as diferenças. As crianças em idades de 6 a 14 anos, período que corresponde ao Ensino Fundamental, são as menos afetadas pela exclusão, e é também nessa faixa etária que se verifica a menor diferença percentual entre as crianças que vivem nas áreas urbanas e nas áreas rurais.

Ainda cabe destacar que, em 2019, o Censo Escolar contabilizou 7.450.693 matrículas de adolescentes de 15 a 17 anos na Educação Básica. Desse total, 1.580.290 ainda estavam matriculadas(os) no Ensino Fundamental, o que corresponde a 21,2% do total das matrículas. A defasagem idade-série é um fator de desestímulo à permanência dessa parcela da população na escola.

1. Sobre isso, ver o documento “Enfrentamento da cultura do fracasso escolar”, Unicef, 2021

Gráfico 8. Percentual de crianças e adolescentes fora da escola em áreas urbanas e rurais, Brasil, 2019



Fonte: IBGE. Pnad 2019. **Nota:** Não foram considerados nos cálculos 549.466 jovens de 15 a 17 anos que declararam ter completado o Ensino Médio. Desses, 148.026 estão frequentando a escola e 401.440 não estão frequentando a escola.

Ainda, é necessário considerar que crianças e adolescentes de 4 a 17 anos que estão fora da escola nas áreas urbanas são, em números absolutos, a maioria: 820.706. É possível que um número considerável dessas crianças viva nas periferias dos centros urbanos.

Tabela 6. População de 4 e 5 anos, de 6 a 14 anos e de 15 a 17 anos que está fora da escola, segundo sua localização, Brasil, 2019

	4 e 5 anos			6 a 14 anos			15 a 17 anos		
	População residente	Fora da escola	Fora da escola (%)	População residente	Fora da escola	Fora da escola (%)	População residente	Fora da escola	Fora da escola (%)
Urbana	4.574.464	292.031	6,4	21.532.515	64.163	0,3	7.418.899	464.512	6,3
Rural	860.013	92.444	10,7	4.390.054	18.299	0,4	1.552.964	165.019	10,6
BRASIL	5.434.477	384.475	7,1	25.922.569	82.462	0,3	8.971.863	629.531	7

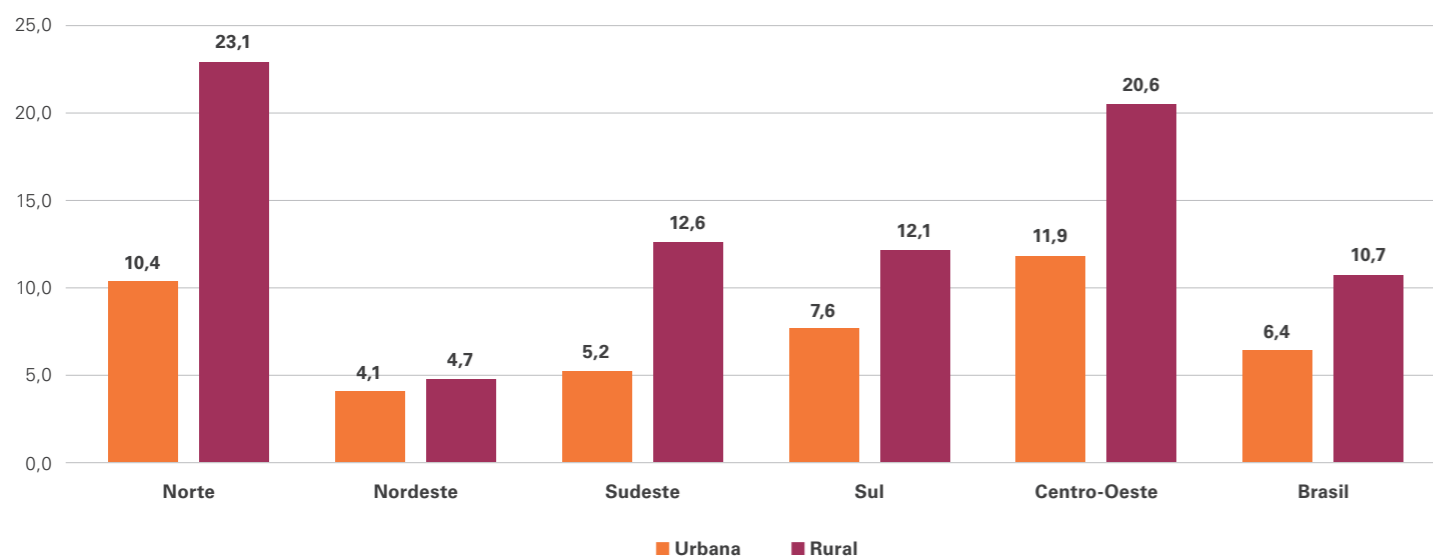
Fonte: IBGE. Pnad 2019. **Nota:** Não foram considerados nos cálculos 549.466 jovens de 15 a 17 anos que declararam ter completado o Ensino Médio. Desses, 148.026 estão frequentando a escola e 401.440 não estão frequentando a escola.

Um olhar sobre a situação em cada uma das regiões brasileiras no atendimento às faixas etárias da escolarização obrigatória e na garantia do direito à educação confirma que a exclusão se dá em proporções maiores nas áreas rurais.

Nas regiões Norte e Centro-Oeste, as crianças de 4 e 5 anos fora da escola e vivendo em áreas rurais representam mais de 20% do total de crianças nessa faixa etária em cada região, ainda que em números absolutos elas sejam maioria nas áreas urbanas. Destaca-se que na Região Nordeste, o percentual de crianças nessa faixa etária, fora da escola, em áreas urbanas e rurais é muito próximo.



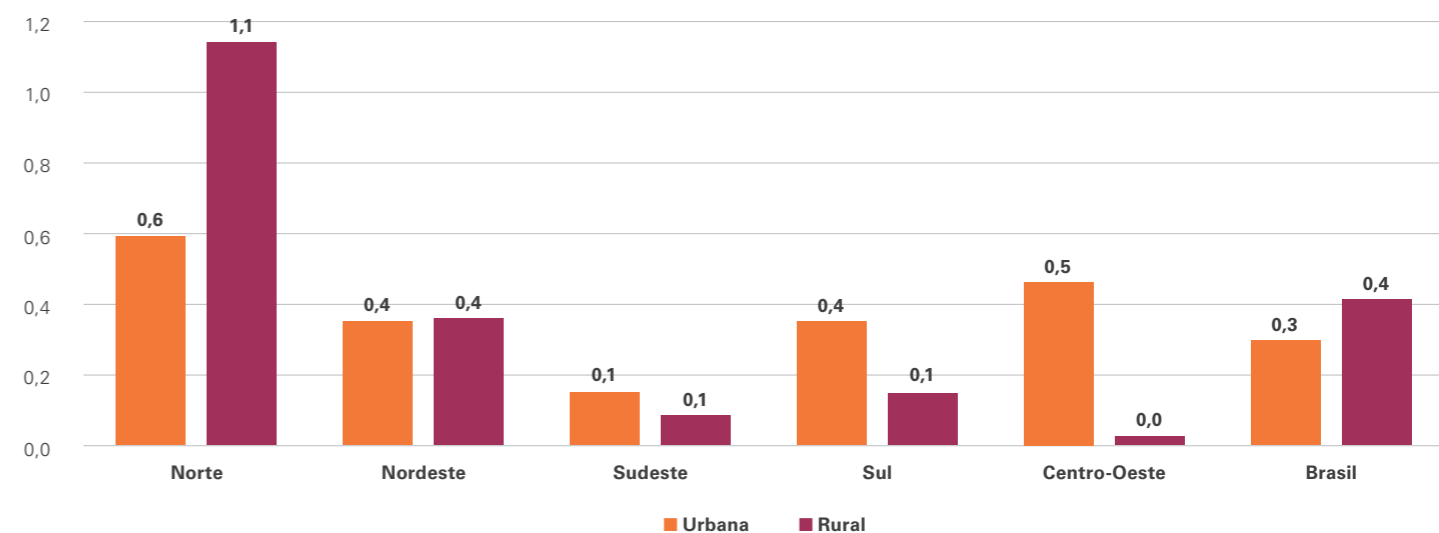
Gráfico 9. População de 4 e 5 anos que está fora da escola, segundo sua localização, Brasil, 2019



Fonte: IBGE. Pnad 2019

As crianças e adolescentes de 6 a 14 anos, que deveriam estar matriculadas no Ensino Fundamental, são as mais atendidas pela escolarização obrigatória. Aqui, chama a atenção o percentual de meninas e meninos fora da escola nas áreas urbanas da Região Sul e do Centro-Oeste e nas áreas rurais da Região Norte. Nas regiões Nordeste e Sudeste, os percentuais de crianças vivendo em áreas urbanas e rurais e que estão fora da escola são iguais.

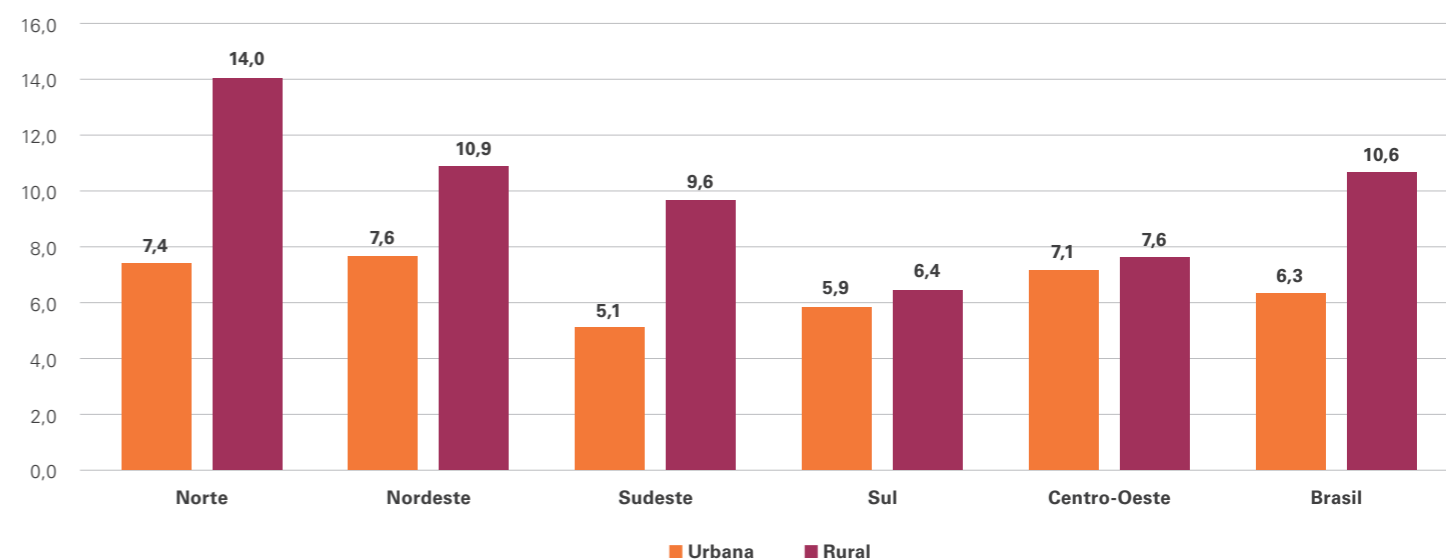
Gráfico 10. População de 6 a 14 anos que está fora da escola, segundo sua localização, Brasil, 2019



Fonte: IBGE. Pnad 2019

Em todas as regiões do país, adolescentes de 15 a 17 anos vivendo em áreas rurais estão, proporcionalmente, mais excluídos do que as(os) que vivem em áreas urbanas, ainda que os percentuais sejam mais próximos no Centro-Oeste e no Sul.

Gráfico 11. População de 15 a 17 anos que está fora da escola, segundo sua localização, Brasil, 2019



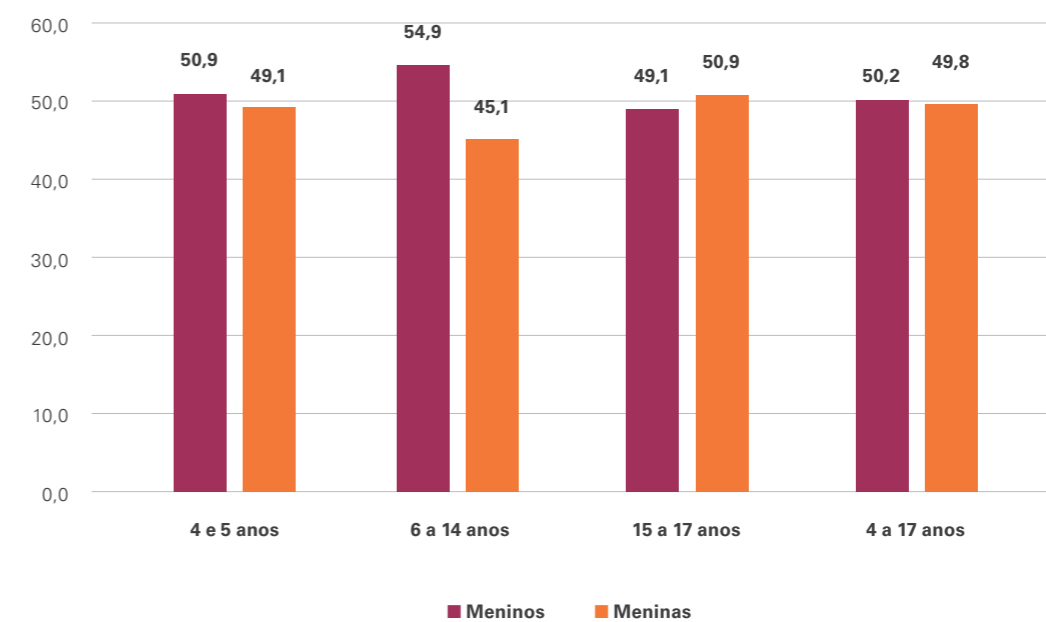
Fonte: IBGE. Pnad 2019. Nota: Não foram considerados nos cálculos 549.466 jovens de 15 a 17 anos que declararam ter completado o Ensino Médio. Desses 148.026 estão frequentando a escola e 401.440 não estão frequentando a escola.



3. A exclusão escolar por sexo e cor/raça

Os meninos são maioria entre aquelas(es) que estão fora da escola na faixa etária de escolarização obrigatória, que vai dos 4 aos 17 anos, embora a diferença seja pequena quando comparado às meninas na mesma situação. A maior diferença percentual se dá entre as crianças e adolescentes de 6 a 14 anos, quando a exclusão dos meninos chega a ser quase 10% maior do que a exclusão das meninas. Ainda, chama a atenção e demanda investigação o fato de que, na faixa etária que corresponde ao Ensino Médio, o percentual de meninas fora da escola seja maior do que o de meninos, mesmo que a diferença seja muito pequena.

Gráfico 12. Crianças e adolescentes fora da escola, segundo o sexo, Brasil, 2019 (%)



Fonte: IBGE. Pnad 2019. **Nota:** Não foram considerados nos cálculos 549.466 jovens de 15 a 17 anos que declararam ter completado o Ensino Médio. Desses, 148.026 estão frequentando a escola e 401.440 não estão frequentando a escola.



©UNICEF/BRZ/RAONI LIBÓRIO

Tabela 7. Crianças e adolescentes fora da escola, segundo o sexo, Brasil, 2019

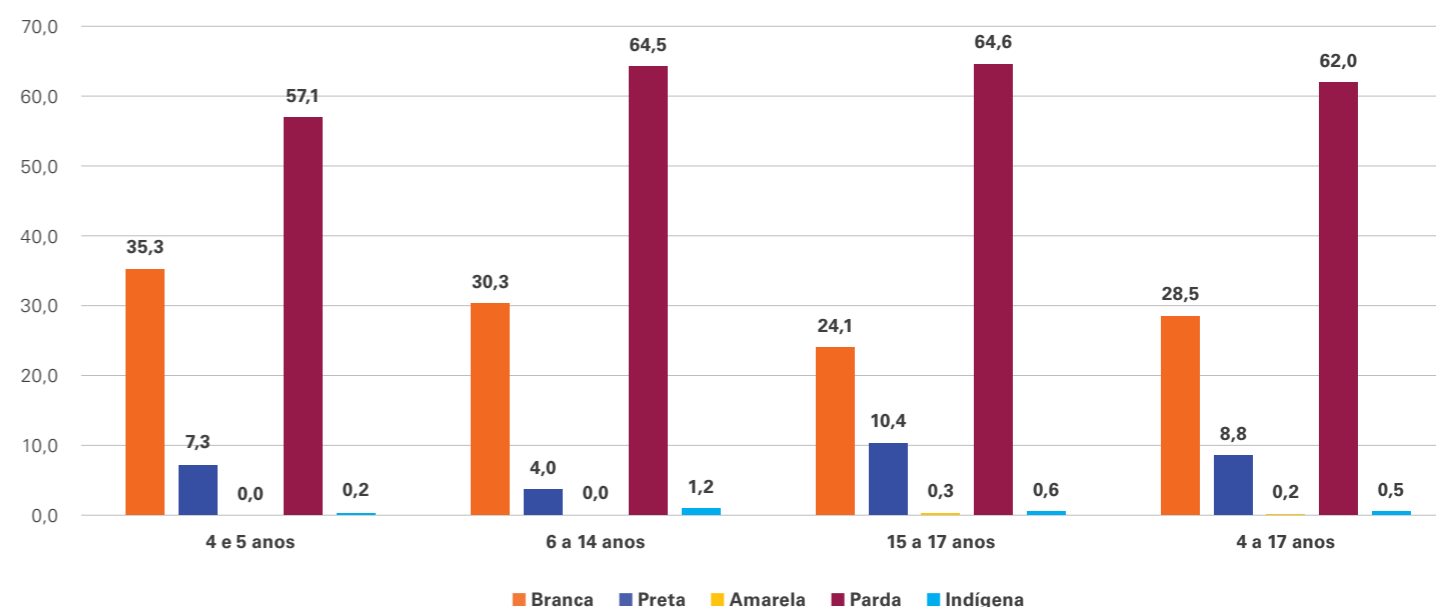
	4 e 5 anos		6 a 14 anos		15 a 17 anos		TOTAL	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Meninos	195.770	50,9	45.279	54,9	309.331	49,1	550.380	50,2
Meninas	188.705	49,1	37.183	45,1	320.200	50,9	546.088	49,8
BRASIL	384.475		82.462		629.531		1.096.468	

Fonte: IBGE. Pnad 2019. **Nota:** Não foram considerados nos cálculos 549.466 jovens de 15 a 17 anos que declararam ter completado o Ensino Médio. Desses, 148.026 estão frequentando a escola e 401.440 não estão frequentando a escola.

Crianças e adolescentes pretas(os), pardas(os) e indígenas são as(os) mais atingidas(os) pela exclusão escolar. Juntos, elas(es) somam mais de 70% entre aquelas(es) que estão fora da escola. É sabido que suas trajetórias escolares também são marcadas pela exclusão: as reprovações e a distorção idade-série incidem sobre negras(os) e indígenas muito mais do que sobre brancos². Não é surpreendente constatar que essas parcelas da população estejam mais fora da escola do que a população branca.

2. Sobre isso, ver o documento “Enfrentamento da cultura do fracasso escolar”, Unicef, 2021

Gráfico 13. Crianças e adolescentes fora da escola, segundo cor/raça, Brasil, 2019 (%)



Fonte: IBGE. Pnad 2019. **Nota:** Não foram considerados nos cálculos 549.466 jovens de 15 a 17 anos que declararam ter completado o Ensino Médio. Desses, 148.026 estão frequentando a escola e 401.440 não estão frequentando a escola.

Em números absolutos, crianças e adolescentes de 4 a 17 anos autodeclaradas(os) pretas(os), pardas(os) e indígenas excluídos da escola somam 781.577, correspondendo a 71,3% de crianças e adolescentes fora da escola.

Tabela 8. Crianças e adolescentes fora da escola, segundo cor/raça, Brasil, 2019

	4 e 5 anos		6 a 14 anos		15 a 17 anos		4 a 17 anos	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Branca	135.866	35,3	24.990	30,3	152.008	24,1	312.864	28,5
Preta	28.063	7,3	3.260	4	65.244	10,4	96.568	8,8
Amarela	0	0	0	0	2.026	0,3	2.026	0,2
Parda	219.613	57,1	53.183	64,5	406.530	64,6	679.325	62
Indígena	933	0,2	1.028	1,2	3.723	0,6	5.684	0,5
BRASIL	384.475	100	82.461	100	629.531	100	1.096.467	100

Fonte: IBGE. Pnad 2019. **Nota:** Não foram considerados nos cálculos 549.466 jovens de 15 a 17 anos que declararam ter completado o Ensino Médio. Desses, 148.026 estão frequentando a escola e 401.440 não estão frequentando a escola.

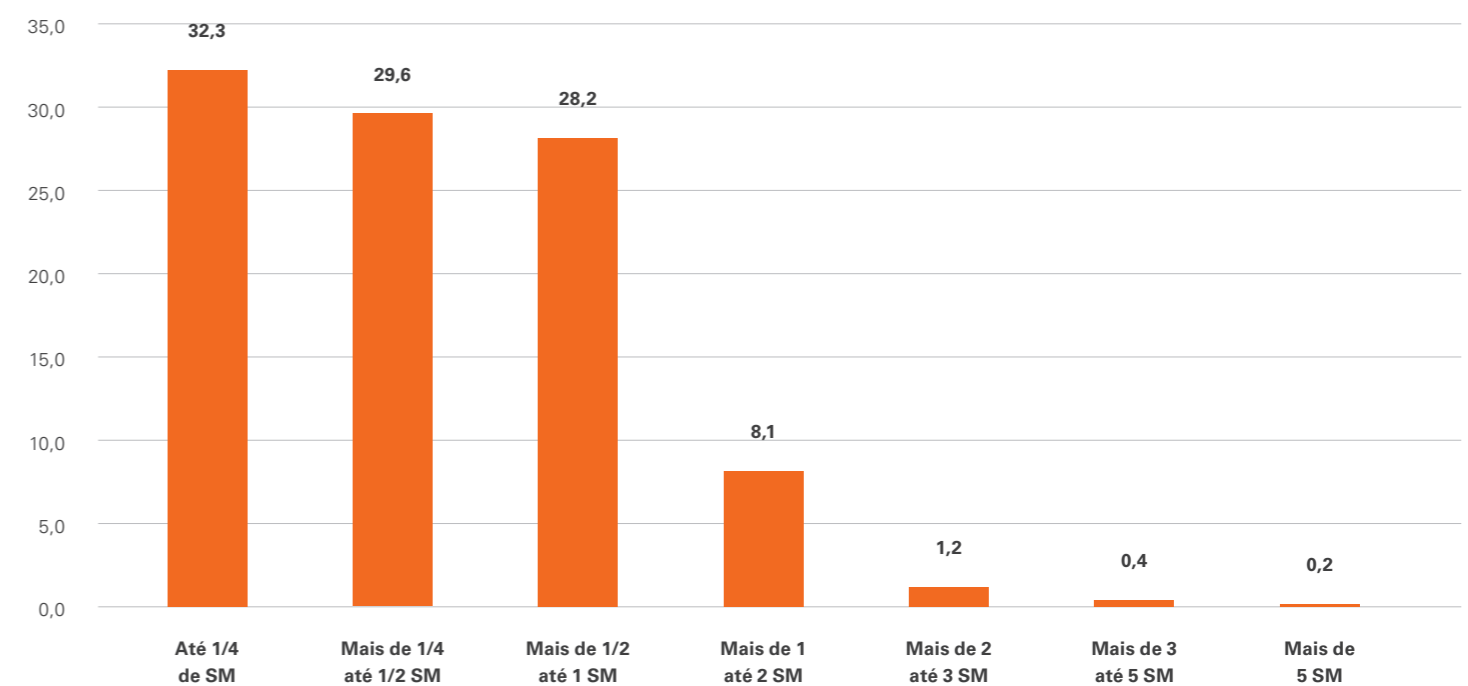


©UNICEF/BRZ/JOÃO LAET

4. A exclusão escolar por faixa de renda

Crianças e adolescentes fora da escola, em todo o país, a maioria pretas(os), pardas(os) e indígenas, são, também, a maioria das(os) que vivem em famílias com renda domiciliar *per capita* de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo (61,9%).

Gráfico 14. Renda familiar *per capita* entre crianças e adolescentes fora da escola, Brasil, 2019 (%)



Fonte: IBGE. Pnad 2019. **Nota:** Não foram considerados nos cálculos 549.466 jovens de 15 a 17 anos que declararam ter completado o Ensino Médio. Desses, 148.026 estão frequentando a escola e 401.440 não estão frequentando a escola.



©UNICEF/BRZ/RAONI LIBÓRIO

Há alta relação entre pobreza e exclusão da escola. Apenas 9,9% dos que estavam fora da escola e tinham de 4 a 17 anos em 2019 vivem em famílias com mais de um salário mínimo *per capita*; 90,1% vivem em famílias com renda familiar *per capita* menor que um salário mínimo. Desses, 32,3% em famílias com até ¼ do salário mínimo de renda familiar *per capita*, 29,6% entre ¼ e ½ e 28,2% de ½ até um salário mínimo *per capita*. Chama a atenção o fato de que entre essas crianças e adolescentes, apenas 0,6% apresenta renda *per capita* de mais de três salários mínimos.

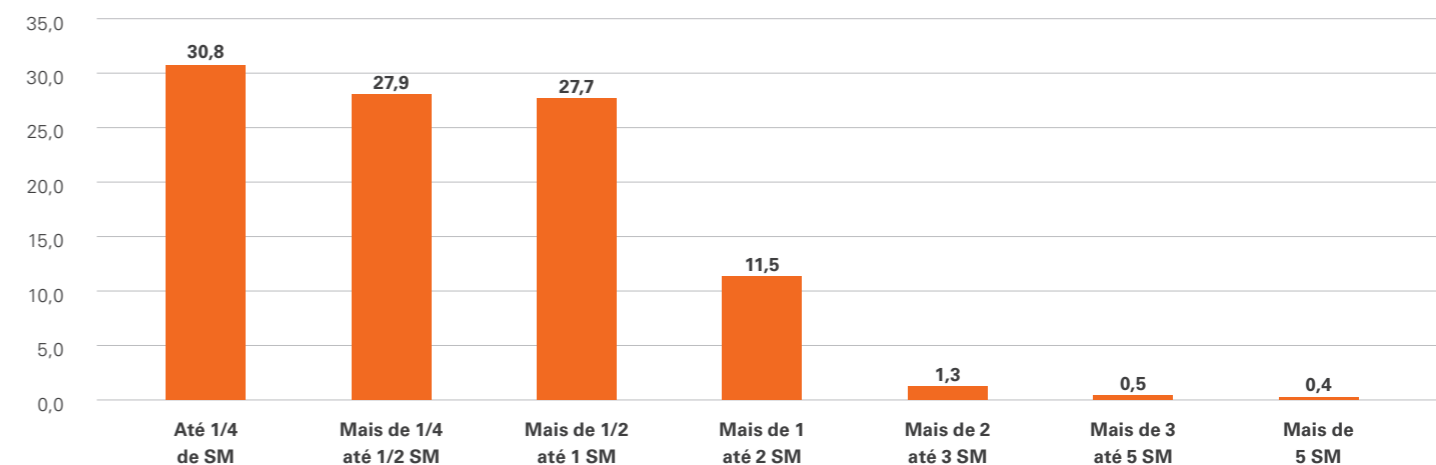
Tabela 9. Renda familiar *per capita* entre crianças e adolescentes fora da escola, Brasil, 2019

Renda domiciliar <i>per capita</i>	4 a 17 anos	
	N	%
Até ¼ de SM	354.630	32,3
Mais de ¼ e até ½ SM	324.908	29,6
Mais de ½ e até 1 SM	309.409	28,2
Mais de 1 a 2 SM	88.587	8,1
Mais de 2 a 3 SM	12.954	1,2
Mais de 3 a 5 SM	4.261	0,4
Mais de 5 SM	1.721	0,2
TOTAL	1.096.470	100

Fonte: IBGE. Pnad 2019. **Notas:** (1) Não foram considerados nos cálculos 549.466 jovens de 15 a 17 anos que declararam ter completado o Ensino Médio. Desses, 148.026 estão frequentando a escola e 401.440 não estão frequentando a escola. (2) O rendimento domiciliar *per capita* é composto pelo rendimento habitual de todos os trabalhos e efetivo de outras fontes, inclusive rendimentos em cartão/tiquete transporte ou alimentação, e exclusive o rendimento das pessoas cuja condição na unidade domiciliar era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico. Em 2019, o salário mínimo correspondia a R\$ 998,00.

Entre as 384.475 famílias com crianças de 4 e 5 anos fora da escola, 225.825 (58,7%) têm uma renda *per capita* de até ½ salário mínimo, enquanto 3.312 (0,9%), de mais de três salários mínimos.

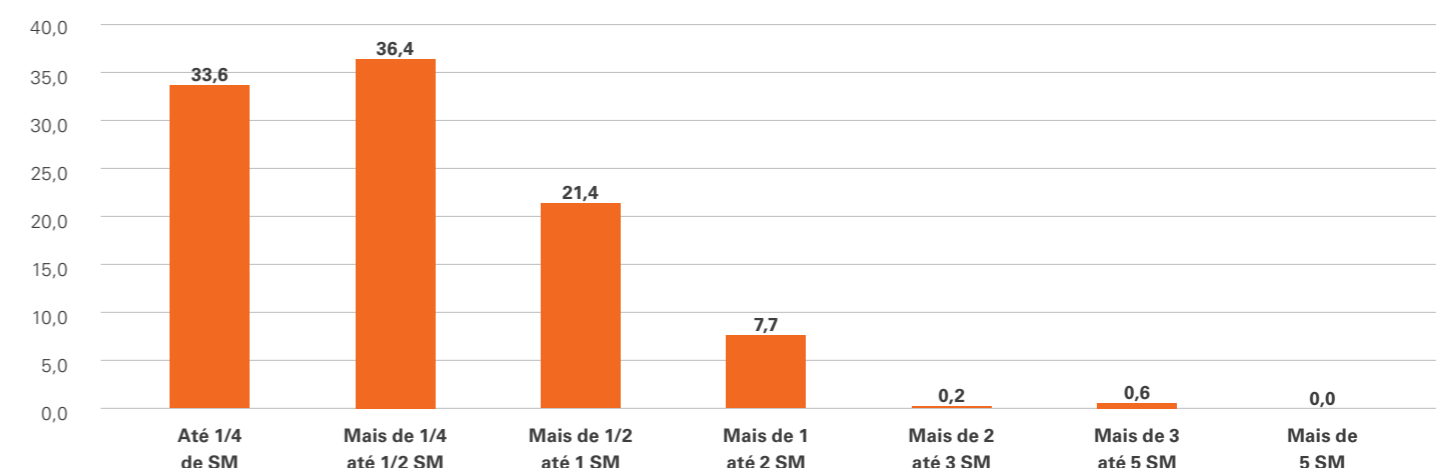
Gráfico 15. Renda familiar *per capita* entre crianças de 4 e 5 anos fora da escola, Brasil, 2019 (%)



Fonte: IBGE. Pnad 2019

A maioria das famílias com crianças e adolescentes de 6 a 14 anos fora da escola tem uma renda *per capita* de até ½ salário mínimo: 57.779 (70%). No outro polo, 497 (0,6%) famílias têm uma renda *per capita* de mais de três salários mínimos.

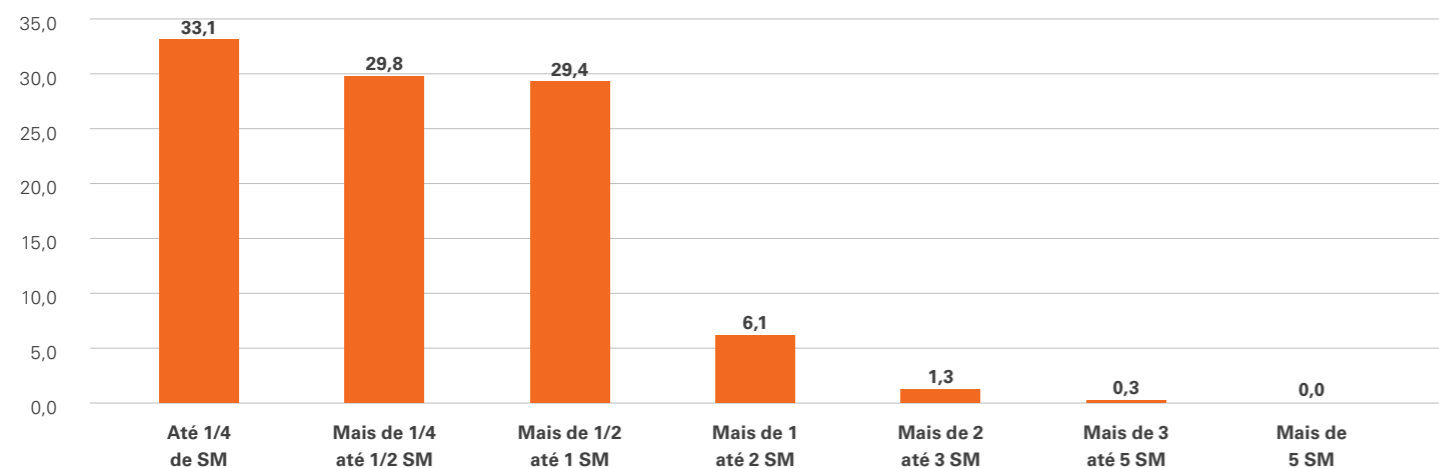
Gráfico 16. Renda familiar *per capita* entre crianças e adolescentes de 6 a 14 anos fora da escola, Brasil, 2019 (%)



Fonte: IBGE. Pnad 2019

A situação não é mais confortável nas famílias de adolescentes de 15 a 17 anos. A maioria, 395.934 (62,9%) delas, acessa até ¼ de salário mínimo *per capita*, enquanto 2.172 (0,3%) das famílias acessam até três salários mínimos.

Gráfico 17. Renda familiar *per capita* entre adolescentes de 15 a 17 anos fora da escola, Brasil, 2019 (%)

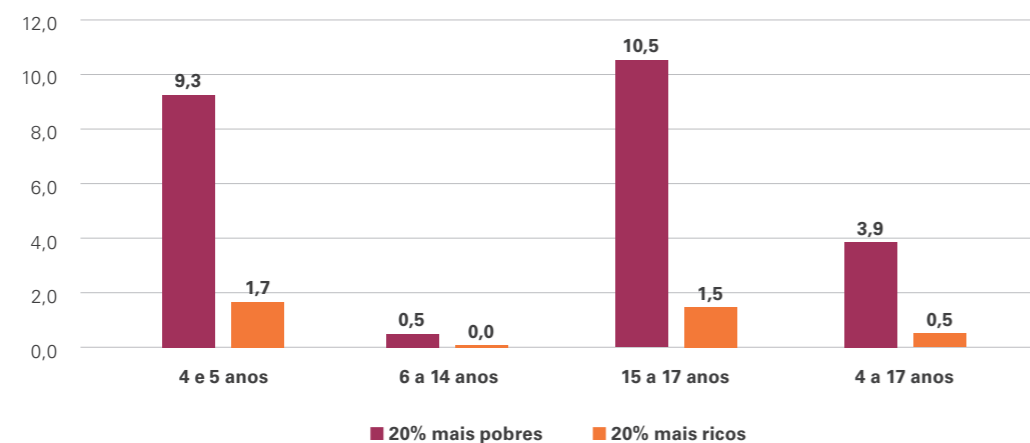


Fonte: IBGE. Pnad 2019. **Nota:** Não foram considerados nos cálculos 549.466 jovens de 15 a 17 anos que declararam ter completado o Ensino Médio. Desses, 148.026 estão frequentando a escola e 401.440 não estão frequentando a escola.

O patamar de renda das famílias que formam a maioria também sugere que as condições de vida e de acesso às demais condições de dignidade e aos demais direitos também podem estar comprometidas.

A diferença do acesso à escola entre a parcela da população 20% mais pobre e a parcela 20% mais rica informa sobre o corte de classe que se dá na exclusão escolar. Em números absolutos, de 1.096.468 crianças e adolescentes de 4 a 17 anos fora da escola, 524.091 estão entre os 20% mais pobres, correspondendo a 48% do total. O gráfico a seguir registra a distribuição das crianças e adolescentes fora da escola, segundo seu pertencimento às parcelas mais pobres ou mais ricas no Brasil, por faixa etária.

Gráfico 18. Distribuição de crianças e adolescentes de 4 a 17 anos com Ensino Médio incompleto segundo frequência à escola, por quintis de renda domiciliar *per capita*, 2019 (%)



Fonte: IBGE. Pnad 2019



© UNICEF/BRZ/RAONI LIBÓRIO

5. Os motivos para estar fora da escola

Um olhar sobre os motivos alegados por crianças, adolescentes e/ou suas famílias para a não frequência à escola pode permitir uma aproximação com os contextos daquelas(es) excluídas(os).

Entre as crianças de 4 e 5 anos, os motivos declarados recaem especialmente sobre a opção dos pais ou responsáveis (48,5%). Trata-se de um debate histórico no campo da educação das crianças pequenas: direito da criança ou direito da mãe? A obrigatoriedade da oferta de educação formal para crianças pequenas surge associada a: i) possibilidade de redução das defasagens originadas pelas desigualdades de acessos econômicos e sociais; ii) atendimento às necessidades das famílias, sobretudo das mulheres; iii) possibilidade de melhores resultados no desempenho escolar pela maior exposição das crianças aos contextos de escolarização; iv) mudanças nas concepções sobre o papel da escola.

Além da determinação das famílias, somados os motivos “não ter escola”, “falta de vagas” e “escola ou creche não aceitar a criança por conta da idade”, têm-se 41,5% das respostas. Pode-se inferir que uma parcela importante dos motivos para estar fora da escola está na organização das redes públicas para a garantia da oferta.

Tabela 10. Motivos para não frequentar a escola – crianças de 4 e 5 anos fora da escola, Brasil, 2019

Principal motivo de não frequentar escola (4 e 5 anos)	N	%
Não tem escola ou a escola fica distante	49.829	13,0
Falta de vaga na escola	73.590	19,1
A escola não aceita a criança por conta da idade	36.086	9,4
Falta de dinheiro para pagar a mensalidade, transporte, material escolar etc.	9.053	2,4
As escolas não são boas ou seguras ou adaptadas para criança com deficiência	954	0,2
Problema de saúde permanente da criança	11.976	3,1
Por opção dos pais ou responsáveis (acham muito nova para ir à escola, preferem cuidar em casa etc.)	186.375	48,5
Outro motivo	16.612	4,3
TOTAL	384.475	100,0

Fonte: IBGE. Pnad 2019

Ainda que o percentual de crianças fora da escola com idades de 6 a 14 anos seja pequeno (0,3%), os motivos alegados pelas crianças ou suas famílias diferem para os grupos etários que correspondem à escolarização nos anos iniciais e nos anos finais do Ensino Fundamental.

Entre as crianças de 6 a 10 anos, a maior incidência de respostas está na “falta de vaga na escola” (33,6%). Destaca-se que a concentração de respostas em “problemas de saúde permanente da criança” e “opção dos pais ou responsáveis” apresenta percentuais elevados, sugerindo algo a ser investigado em cada município.

Tabela 11. Motivos para não frequentar a escola – crianças de 6 a 10 anos fora da escola, Brasil, 2019

Principal motivo de não frequentar escola (6 a 10 anos)	N	%
Não tem escola ou a escola fica distante	1.603	7,1
Falta de vaga na escola	7.632	33,6
A escola não aceita a criança por conta da idade	792	3,5
Falta de dinheiro para pagar a mensalidade, transporte, material escolar etc.	43	0,2
As escolas não são boas ou seguras ou adaptadas para criança com deficiência	814	3,6
Problema de saúde permanente da criança	4.724	20,8
Por opção dos pais ou responsáveis (acham muito nova para ir à escola, preferem cuidar em casa etc.)	4.093	18,0
Outro motivo	2.999	13,2
TOTAL	22.700	100,0

Fonte: IBGE. Pnad 2019

Para as crianças de 11 a 14 anos fora da escola, as maiores incidências de respostas estão no “desinteresse em estudar” (37%) e, mais uma vez, nos “problemas de saúde”. Ainda, mais de 10% das crianças registram não ter escola ou vaga.

Destaca-se que 3.510 crianças nessa faixa etária estavam trabalhando ou procurando trabalho e 4.112 enfrentavam uma gravidez, em 2019.

No Brasil, as crianças e adolescentes de até 13 anos têm garantida em lei a proibição de trabalhar. Desde o ano 2000, a Lei 10.097, conhecida como “Lei do Aprendiz”, estabelece que dos 14 aos 16 anos é permitido trabalhar às(aos) adolescentes na condição de aprendizes, desde que o trabalho não ocorra em situações que possam colocar em risco “seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social e em horários e locais que não permitam a frequência à escola”.



©UNICEF/BRZ/RAONI LIBÓRIO

Tabela 12. Motivos para não frequentar a escola – crianças de 11 a 14 anos fora da escola, Brasil, 2019

Principal motivo de não frequentar escola (11 a 14 anos)	N	%
Trabalhava ou estava procurando trabalho	3.510	5,9
Não tem escola na localidade ou fica distante	2.310	3,9
Falta de vaga na escola ou no turno letivo desejado	4.046	6,8
Falta de dinheiro para pagar mensalidade, transporte, material escolar etc.	665	1,1
Por gravidez	4.112	6,9
Por ter que realizar afazeres domésticos ou cuidar de criança, adolescente, idoso ou pessoa com deficiência	1.831	3,1
Tinha que cuidar dos afazeres domésticos ou de idoso ou pessoa com necessidades especiais	407	0,7
Estudando para concurso ou por conta própria para vestibular/Enem	340	0,6
Por já ter concluído o nível de estudo que desejava	4.127	6,9
Por ter problema de saúde permanente	12.616	21,1
Não tem interesse em estudar	22.120	37,0
Outro motivo (especifique)	3.676	6,2
TOTAL	59.760	100,0

Fonte: IBGE. Pnad 2019

Quando separadas por sexo, as incidências de respostas ao questionário da Pnad revelam que mais meninos apresentam desinteresse por estudar do que meninas, embora o percentual de desinteresse entre as meninas também seja elevado. Os meninos também declaram mais problemas permanentes de saúde do que as meninas.

As meninas, mais do que os meninos, alegam trabalho ou procura de trabalho, falta de escola ou de vagas e a conclusão dos estudos no nível desejado. Chama a atenção a ausência de meninos que declararam gravidez, envolvimento nos afazeres ou nos cuidados domésticos como motivos para deixar a escola, indicando que a responsabilidade pela gravidez não seja compartilhada.

Tabela 13. Motivos para não frequentar a escola – crianças de 11 a 14 anos fora da escola, por sexo, Brasil, 2019

Principal motivo de não frequentar escola (11 a 14 anos)	Meninas		Meninos		TOTAL	
	N	%	N	%	N	%
Trabalhava ou estava procurando trabalho	2.275	7,7	1.234	4,1	3.510	5,9
Não tem escola na localidade ou fica distante	1.424	4,8	886	2,9	2.310	3,9
Falta de vaga na escola ou no turno letivo desejado	2.305	7,8	1.741	5,8	4.046	6,8
Falta de dinheiro para pagar mensalidade, transporte, material escolar etc.	0	0,0	665	2,2	665	1,1
Por gravidez	4.112	13,9	0	0,0	4.112	6,9
Por ter que realizar afazeres domésticos ou cuidar de criança, adolescente, idoso ou pessoa com deficiência	1.831	6,2	0	0,0	1.831	3,1
Tinha que cuidar dos afazeres domésticos ou de idoso ou pessoa com necessidades especiais	407	1,4	0	0,0	407	0,7
Estudando para concurso ou por conta própria para vestibular/Enem	340	1,1	0	0,0	340	0,6
Por já ter concluído o nível de estudo que desejava	3.112	10,5	1.015	3,4	4.127	6,9
Por ter problema de saúde permanente	3.652	12,3	8.964	29,8	12.616	21,1
Não tem interesse em estudar	9.188	31,0	12.933	43,0	22.120	37,0
Outro motivo (especifique)	1.016	3,4	2.660	8,8	3.676	6,2
TOTAL	29.662	100,0	30.098	100,0	59.760	100,0

Fonte: IBGE. Pnad 2019

Em números absolutos, adolescentes de 15 a 17 anos são a maioria dentre as(os) que estão fora da escola. Os motivos alegados com maior frequência, segundo dados da Pnad, são: desinteresse em estudar, trabalho ou procura por trabalho e gravidez.

A declaração de desinteresse pela escola não é um dado de análise simples ou fácil. É um tema a ser investigado. É esperado que as pessoas identifiquem a importância da escola, seja por seu potencial de melhorar a vida das pessoas a partir da ampliação das informações e das reflexões que permitem fazer boas escolhas, seja por seu potencial de possibilitar o acesso a melhores empregos. No entanto, verifica-se ano a ano um número muito grande daquelas(es) que estão fora da escola.

É possível assumir que a declaração de desinteresse carregue exclusivamente situações vivenciadas nas escolas, e apenas os números já são capazes de expressar os desconfortos, uma vez que a exclusão incide mais sobre determinados grupos sociais.

Os números da exclusão escolar sugerem que as discriminações e as violências vivenciadas pela população negra e indígena, que são maioria, podem contribuir para que essas crianças e adolescentes entendam que o melhor é sair e seguir. Isso sem mencionar a população LGBT, sobre a qual não se tem dados específicos na Pnad. No entanto, o desinteresse pela escola também pode ser resultado de elementos e situações externas às escolas.

Na impossibilidade de enfrentar questões econômicas externas, as escolas podem e devem combater, em seu cotidiano, as discriminações, as “brincadeiras”, as humilhações e, sobretudo, as reprovações e o abandono escolar.

Tabela 14. Motivos para não frequentar a escola – adolescentes de 15 a 17 anos fora da escola, Brasil, 2019

Principal motivo de não frequentar escola (15 a 17 anos)	N	%
Trabalhava ou estava procurando trabalho	91.831	14,6
Não tem escola ou faculdade na localidade ou ficam distantes	18.593	3,0
Falta de vaga na escola ou no turno letivo desejado	21.152	3,4
Falta de dinheiro para pagar mensalidade, transporte, material escolar etc.	7.766	1,2
Por gravidez	71.504	11,4
Por ter que realizar afazeres domésticos ou cuidar de criança, adolescente, idoso ou pessoa com deficiência	44.266	7,0
Tinha que cuidar dos afazeres domésticos ou de idoso ou pessoa com necessidades especiais	25.076	4,0
Estudando para concurso ou por conta própria para vestibular/Enem	7.995	1,3
Por já ter concluído o nível de estudo que desejava	9.876	1,6
Por ter problema de saúde permanente	38.963	6,2
Não tem interesse em estudar	240.545	38,2
Outro motivo (especifique)	51.965	8,3
TOTAL	629.531	100,0

Fonte: IBGE. Pnad 2019

Quando as respostas são separadas por sexo da(o) respondente, verifica-se que, na faixa etária de 15 a 17 anos, mais meninos do que meninas trabalhavam ou estavam à procura de trabalho e, possivelmente pelo mesmo motivo, são os que mais alegam falta de vagas no turno letivo desejado, enquanto mais meninas alegam não ter escola em locais próximos de seus locais de moradia.

A gravidez continua sendo um motivo de não frequentar a escola apenas para as meninas, indicando que essa situação não atinge a todas(os) do mesmo modo. Os afazeres domésticos afetam bem mais as meninas do que os meninos, mas os cuidados parecem afetar mais os meninos.

Destaca-se os percentuais de desinteresse pelos estudos, que já apresentavam percentuais expressivos entre as crianças de 11 a 14 anos. Para as(os) adolescentes, esse percentual é ainda maior para ambos os sexos, incidindo mais sobre os meninos.

Tabela 15. Motivos para não frequentar a escola – adolescentes de 15 a 17 anos fora da escola, por sexo, Brasil, 2019

Principal motivo de não frequentar escola (15 a 17 anos)	Meninas		Meninos		Total	
	N	%	N	%	N	%
Trabalhava ou estava procurando trabalho	20.078	7,2	71.753	20,5	91.831	14,6
Não tem escola na localidade ou fica distante	9.871	3,5	8.721	2,5	18.593	3,0
Falta de vaga na escola ou no turno letivo desejado	7.728	2,8	13.424	3,8	21.152	3,4
Falta de dinheiro para pagar mensalidade, transporte, material escolar etc.	4.759	1,7	3.007	0,9	7.766	1,2
Por gravidez	71.504	25,6	0	0,0	71.504	11,4
Por ter que realizar afazeres domésticos ou cuidar de criança, adolescente, idoso ou pessoa com deficiência	41.007	14,7	3.259	0,9	44.266	7,0
Tinha que cuidar dos afazeres domésticos ou de idoso ou pessoa com necessidades especiais	6.324	2,3	18.752	5,4	25.076	4,0
Estudando para concurso ou por conta própria para vestibular/Enem	2.762	1,0	5.233	1,5	7.995	1,3
Por já ter concluído o nível de estudo que desejava	4.300	1,5	5.576	1,6	9.876	1,6
Por ter problema de saúde permanente	13.366	4,8	25.597	7,3	38.963	6,2
Não tem interesse em estudar	78.518	28,1	162.027	46,3	240.545	38,2
Outro motivo (especifique)	19.546	7,0	32.419	9,3	51.965	8,3
TOTAL	279.761	100,0	349.770	100,0	629.531	100,0

Fonte: IBGE. Pnad 2019



©UNICEF/BRZ/FÁBIO CAFFÉ

A gravidez na infância ou na adolescência, alegada como motivo para que as meninas deixem os estudos, tem impactos na escolarização e também ao longo da vida da mãe e da criança. A seguir, apresenta-se a série histórica de nascidos vivos de mães com até 14 anos, entre os anos de 2010 e 2019.

Nesse período, em números absolutos, 252.798 meninas com até 14 anos tiveram filhas(os).

Verifica-se um decréscimo no percentual de filhas(os) dessas mães em relação ao total de nascidos vivos e também a concentração desses nascimentos entre as meninas que não completaram o Ensino Fundamental.

Quando a gravidez e a maternidade acontecem na adolescência, toda a emoção de gerar e cuidar de um bebê se mistura com desafios para permanecer estudando, contando com o apoio do pai da criança e de suas famílias, receber atenção adequada de saúde e seguir seu processo de desenvolvimento com informação e cuidado para conquistar autonomia rumo à vida adulta. A escola tem um papel fundamental de acolher, informar, apoiar adolescentes, em diálogo com suas famílias e outros setores, contribuindo para uma vivência saudável e responsável da sexualidade e para que tenham acesso aos serviços de saúde e proteção a que têm direito.

Vale lembrar que a gravidez em meninas de até 14 anos deve ser notificada, uma vez que o Código Penal estabelece em seu artigo 217-A como estupro de vulnerável ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 14 (catorze) anos, ainda que haja consento (Lei n. 12.015/2009). O mesmo Código Penal define, em seu artigo 213, o estupro e determina o agravamento da pena para o agressor “quando da conduta resulta lesão corporal de natureza grave ou se a vítima é menor de 18 (dezoito) ou maior de 14 (catorze) anos” (§ 1º).

A escola é um espaço privilegiado para a educação sexual, respeitando as peculiaridades de cada ciclo de vida, fortalecendo a capacidade de adolescentes de decidir sobre sua vida sexual e reprodutiva, incluindo o momento adequado para que a gravidez aconteça de forma a evitar impactos negativos em seu desenvolvimento, e de fomentar relações saudáveis, igualitárias, com responsabilidade e cuidado entre pares. A escola também se configura como um espaço de proteção, onde é possível observar possíveis mudanças de comportamento que podem indicar sinais de violência, e realizar o devido encaminhamento para operadores do Sistema de Garantia de Direitos, incluindo o Conselho Tutelar, os serviços de Saúde, e os Centros de Referência Especializados de Assistência Social, entre outros.

Tabela 16. Percentual de nascidos vivos de mães com até 14 anos no total de nascidos vivos, segundo anos de estudo da mãe, Brasil, 2010-2019

Anos de estudo da mãe	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Nenhum	0,9	0,9	1	1	1,1	1	1,1	1,2	1,5	1,5
1 a 3 anos	1,4	1,5	1,5	1,5	1,3	1,3	1,3	1,2	1,2	1,2
4 a 7 anos	2,4	2,6	2,8	2,9	3	3,1	3	2,9	2,8	2,7
8 a 11 anos	0,4	0,4	0,4	0,4	0,5	0,4	0,5	0,4	0,4	0,4
12 anos e mais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ignorado	1	1,2	1,1	1,1	1	1,1	1,2	1	1	0,8
TOTAL	0,9	1	1	1	0,9	0,9	0,8	0,8	0,7	0,7

Fonte: MS/SVS/Dasis - Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (Sinasc). **Notas:** (1) Considerou-se a faixa etária disponibilizada no tabnet: menor de 10 anos e 10 a 14 anos. (2) Em 2011, houve uma mudança no conteúdo da Declaração de Nascidos Vivos, com maior detalhamento das informações coletadas. Para este ano, foram utilizados simultaneamente os dois formulários. Para mais detalhes sobre as mudanças ocorridas e os seus efeitos, veja o documento “Consolidação do Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos - 2011”.

A distribuição de nascidos vivos de mães com até 14 anos, segundo anos de estudos da mãe, também revela a concentração entre aquelas meninas que não completaram o Ensino Fundamental. No entanto, embora se verifique queda no percentual das meninas-mães que não completaram o Ensino Fundamental, há aumento no percentual daquelas que eventualmente tenham avançado para o Ensino Médio.

Tabela 17. Distribuição dos nascidos vivos de mães com até 14 anos, segundo anos de estudo, Brasil, 2010-2019

Anos de estudo da mãe	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Nenhum	1,1	1,0	0,9	0,8	0,7	0,6	0,7	0,7	0,9	0,8
1 a 3 anos	8,9	8,6	7,1	5,8	4,5	4,0	3,7	3,3	3,0	2,9
4 a 7 anos	68,7	67,2	66,4	65,5	64,3	64,8	61,8	60,3	57,8	56,7
8 a 11 anos	19,8	20,8	22,9	25,5	28,5	28,6	31,9	33,7	36,4	38,0
12 anos e mais	0,0	0,2	0,2	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Ignorado	1,5	2,2	2,5	2,2	1,8	1,9	1,9	1,9	1,9	1,4
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: MS/SVS/Datasus - Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (Sinasc). **Notas:** (1) Considerou-se a faixa etária disponibilizada no tabnet: menor de 10 anos e 10 a 14 anos. (2) Em 2011, houve uma mudança no conteúdo da Declaração de Nascidos Vivos, com maior detalhamento das informações coletadas. Para este ano, foram utilizados simultaneamente os dois formulários. Para mais detalhes sobre as mudanças ocorridas e os seus efeitos, veja o documento “Consolidação do Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos - 2011”.

Entre as adolescentes de 15 a 19 anos, o percentual de nascidos vivos em relação ao total é bem maior do que entre as crianças de até 14 anos e também apresenta queda ao longo do período de 2010 a 2019. Em números absolutos, 4.948.724 adolescentes de 15 a 19 anos foram mães no período destacado.

Tabela 18. Percentual de nascidos vivos de mães de 15 a 19 anos no total de nascidos vivos, segundo anos de estudo da mãe, Brasil, 2010-2019

Anos de estudo da mãe	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Nenhum	9,4	8,0	7,7	7,9	8,2	8,6	9,2	9,4	10,4	10,3
1 a 3 anos	15,7	15,0	14,0	13,6	12,9	12,9	12,5	11,9	10,9	10,9
4 a 7 anos	26,9	27,6	28,3	28,3	27,9	27,4	26,5	25,3	23,9	22,6
8 a 11 anos	19,3	19,0	19,2	19,7	19,7	19,2	18,9	18,1	17,3	16,6
12 anos e mais	4,5	3,2	1,9	1,8	1,7	1,6	1,5	1,3	1,2	1,1
Ignorado	19,2	19,2	19,1	19,3	19,5	19,9	19,1	18,4	17,3	16,4
TOTAL	18,4	18,3	18,3	18,3	17,9	17,3	16,7	15,7	14,8	14,0

Fonte: MS/SVS/Dasis - Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (Sinasc). **Notas:** (1) Considerou-se a faixa etária disponibilizada no tabnet: 15 a 19 anos. (2) Em 2011, houve uma mudança no conteúdo da Declaração de Nascidos Vivos, com maior detalhamento das informações coletadas. Para este ano, foram utilizados simultaneamente os dois formulários. Para mais detalhes sobre as mudanças ocorridas e os seus efeitos, veja o documento "Consolidação do Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos - 2011".

As adolescentes de 15 a 19 anos com filhas(os) nascidos vivos no período destacado que não completaram a escolarização básica são mais de 95%, indicando um sério desafio para as políticas públicas voltadas para crianças e adolescentes.

Tabela 19. Distribuição dos nascidos vivos de mães de 15 a 19 anos, segundo anos de estudo, Brasil, 2010-2019

Anos de estudo da mãe	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Nenhum	0,6	0,4	0,4	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3
1 a 3 anos	5,0	4,5	3,4	2,8	2,3	2,1	1,8	1,6	1,4	1,3
4 a 7 anos	39,1	37,3	35,3	33,1	31,1	29,5	27,6	25,7	24,1	22,7
8 a 11 anos	49,6	53,1	57,0	60,1	62,8	64,6	67,1	69,1	70,8	72,6
12 anos e mais	4,3	2,8	1,6	1,6	1,6	1,7	1,7	1,7	1,7	1,7
Ignorado	1,4	1,9	2,4	2,1	1,8	1,8	1,6	1,7	1,7	1,3
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: MS/SVS/Dasis - Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (Sinasc). **Notas:** (1) Considerou-se a faixa etária disponibilizada no tabnet: 15 a 19 anos. (2) Em 2011, houve uma mudança no conteúdo da Declaração de Nascidos Vivos, com maior detalhamento das informações coletadas. Para este ano, foram utilizados simultaneamente os dois formulários. Para mais detalhes sobre as mudanças ocorridas e os seus efeitos, veja o documento "Consolidação do Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos - 2011".



6. 2020 – O cenário da pandemia

A pandemia de Covid-19 que teve início em março de 2020 e só fez crescer, vem avançando, recentemente, sobre as populações mais jovens, e não se tem previsão de vacinação para essa parcela da população. O cenário registrado em 2020 pode conter informações sobre a dimensão da tragédia brasileira e indícios sobre quais iniciativas podem ser determinantes para o enfrentamento da exclusão escolar.

Em novembro de 2020, portanto ao final do ano letivo, 5.075.294 crianças e adolescentes de 6 a 17 anos estavam fora da escola ou sem atividades escolares, o que corresponde a 13,9% dessa parcela da população em todo o Brasil.

Os maiores percentuais de crianças e adolescentes fora da escola se verificam nas regiões Norte e Nordeste.

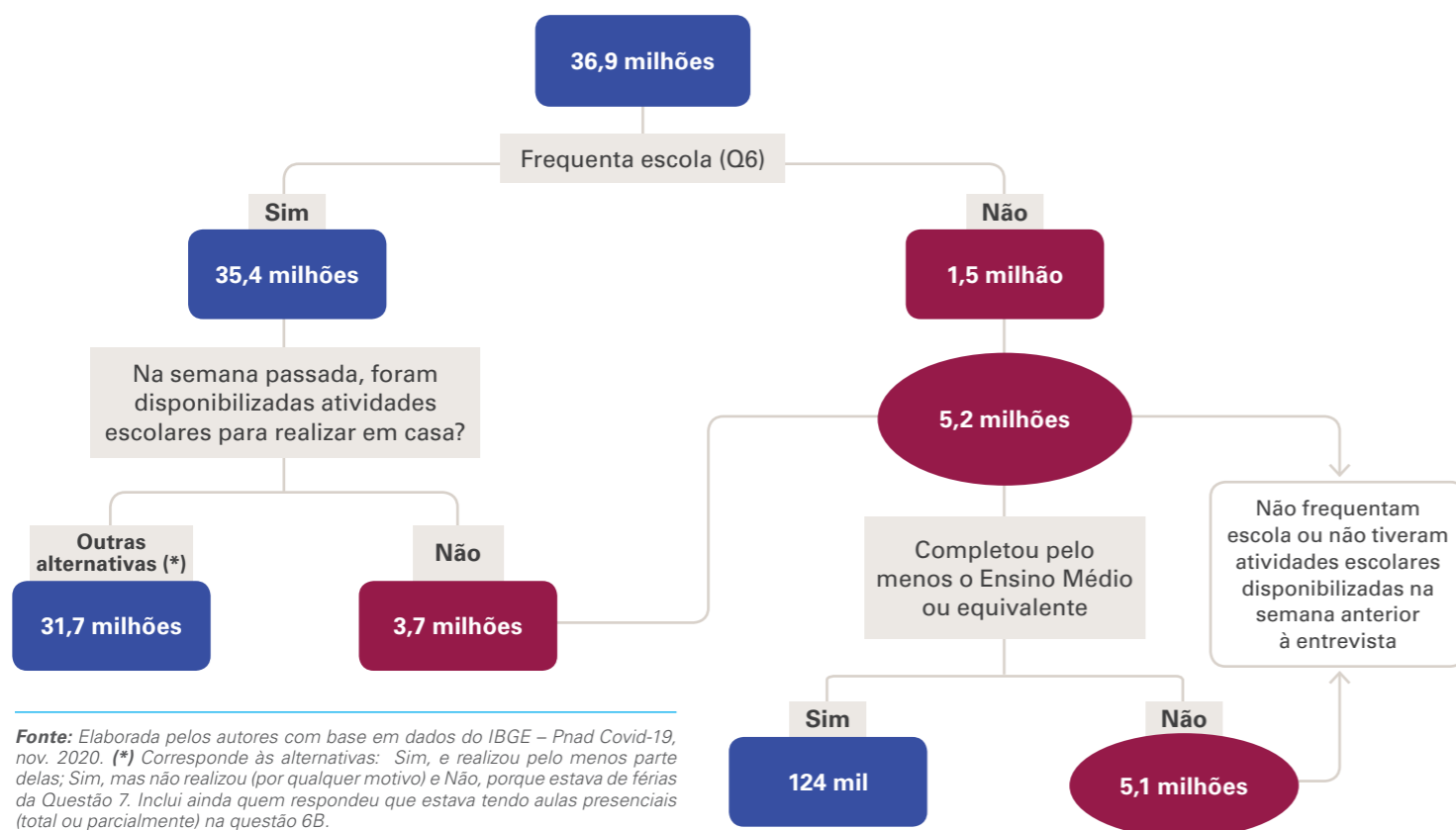
Tabela 20. Distribuição de crianças e adolescentes de 6 a 17 anos com Ensino Médio incompleto, segundo condição de não frequência à escola, por Grandes Regiões, 2020

	Fora da escola ou sem atividades escolares							
	6 a 10 anos		11 a 14 anos		15 a 17 anos		TOTAL	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Norte	453.282	26,9	363.948	27,3	328.957	32,4	1.146.187	28,4
Nordeste	732.211	16,1	554.918	15,7	699.475	25,3	1.986.604	18,3
Sudeste	659.220	10,8	385.775	8,6	403.118	11,8	1.448.113	10,3
Sul	105.791	5,2	51.149	3,5	83.875	6,9	240.815	5,1
Centro-Oeste	128.284	9,9	56.295	6,0	68.997	9,3	253.575	8,5
BRASIL	2.078.788	13,2	1.412.085	12,0	1.584.422	17,3	5.075.294	13,9

Fonte: IBGE. Pnad-Covid, nov. 2020. **Nota:** Considerou-se não frequentando a escola crianças e adolescentes de 6 a 17 anos que declararam não frequentar a escola ou que frequentavam a escola, mas não tiveram atividades escolares disponibilizadas na semana anterior à entrevista.

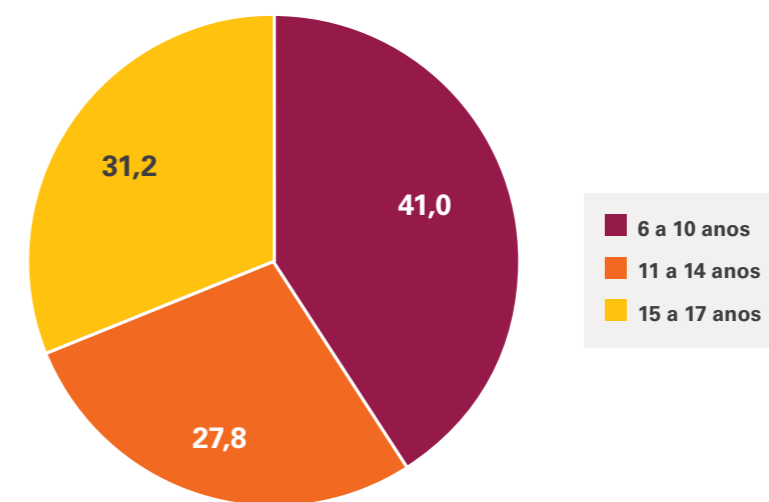
A maior incidência de crianças e adolescentes fora da escola ou sem atividades escolares ao final do ano letivo de 2020 encontra-se entre aquelas(es) de 6 a 10 anos, faixa etária que em 2019 apresentou o menor percentual de crianças nessa condição.

Figura 1. Fluxograma da condição de frequência à escola, Brasil, 2020



Fonte: Elaborada pelos autores com base em dados do IBGE – Pnad Covid-19, nov. 2020. (*) Corresponde às alternativas: Sim, e realizou pelo menos parte delas; Sim, mas não realizou (por qualquer motivo) e Não, porque estava de férias da Questão 7. Inclui ainda quem respondeu que estava tendo aulas presenciais (total ou parcialmente) na questão 6B.

Gráfico 19. Percentual de crianças e adolescentes de 6 a 17 anos com Ensino Médio incompleto, segundo condição de não frequência à escola, Brasil, 2020



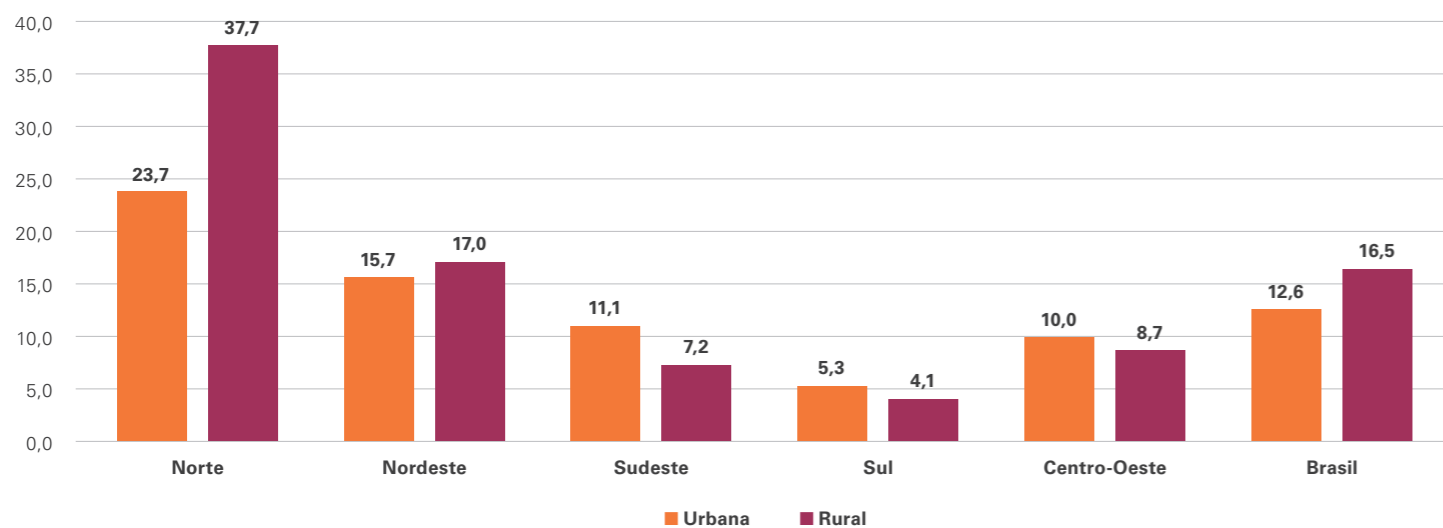
Fonte: IBGE. Pnad-Covid, nov. 2020. **Nota:** Considerou-se não frequentando a escola crianças e adolescentes de 6 a 17 anos que declararam não frequentar a escola ou que frequentavam a escola, mas não tiveram atividades escolares disponibilizadas na semana anterior à entrevista.



©UNICEF/BRZI/ALESSANDRO POTTER

As crianças entre 6 e 10 anos vivendo em áreas rurais das regiões Norte e Nordeste são as mais atingidas pela exclusão escolar durante a pandemia em 2020. A precariedade das condições de vida nessas regiões, em especial nas áreas mais isoladas, informa sobre a urgência de se organizarem iniciativas que permitam romper com a falta de acessos. Destaca-se, também a inversão da exclusão escolar nas regiões mais ricas do país, onde as populações em áreas urbanas são proporcionalmente mais atingidas.

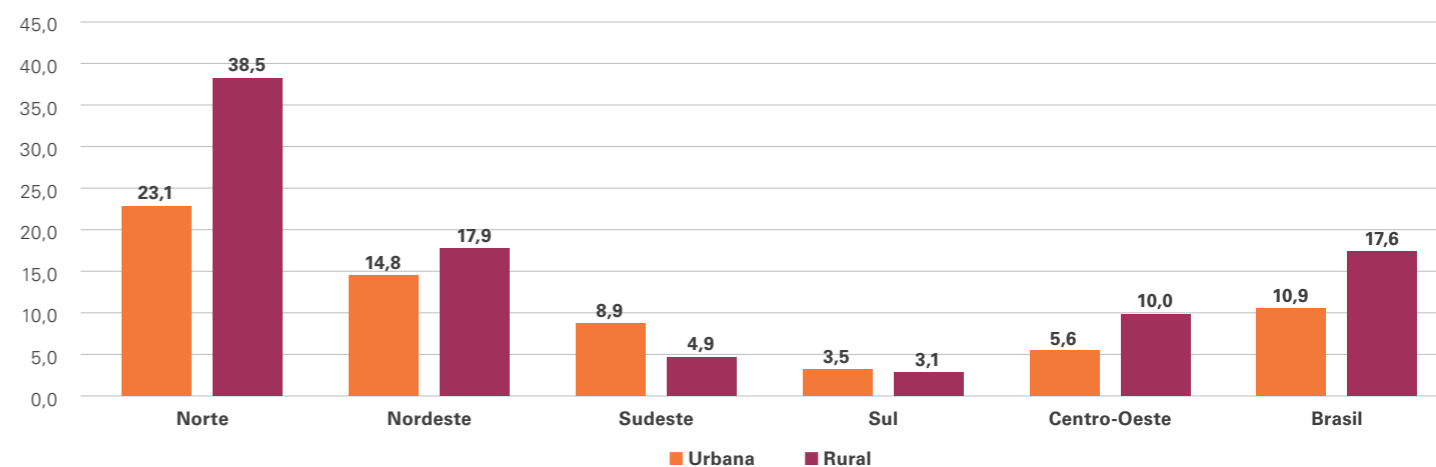
Gráfico 20. Distribuição de crianças de 6 a 10 anos, segundo condição de não frequência à escola, em áreas urbanas e rurais por Grandes Regiões, 2020 (%)



Fonte: IBGE. Pnad-Covid, nov. 2020. **Nota:** Considerou-se não frequentando a escola crianças e adolescentes de 6 a 10 anos que declararam não frequentar a escola ou que frequentavam a escola, mas não tiveram atividades escolares disponibilizadas na semana anterior à entrevista.

A situação verificada entre as crianças que têm de 11 a 14 anos se mantém nas áreas rurais das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Destaca-se que a Região Sul apresenta menor diferença em relação à exclusão escolar de crianças vivendo em áreas urbanas e rurais.

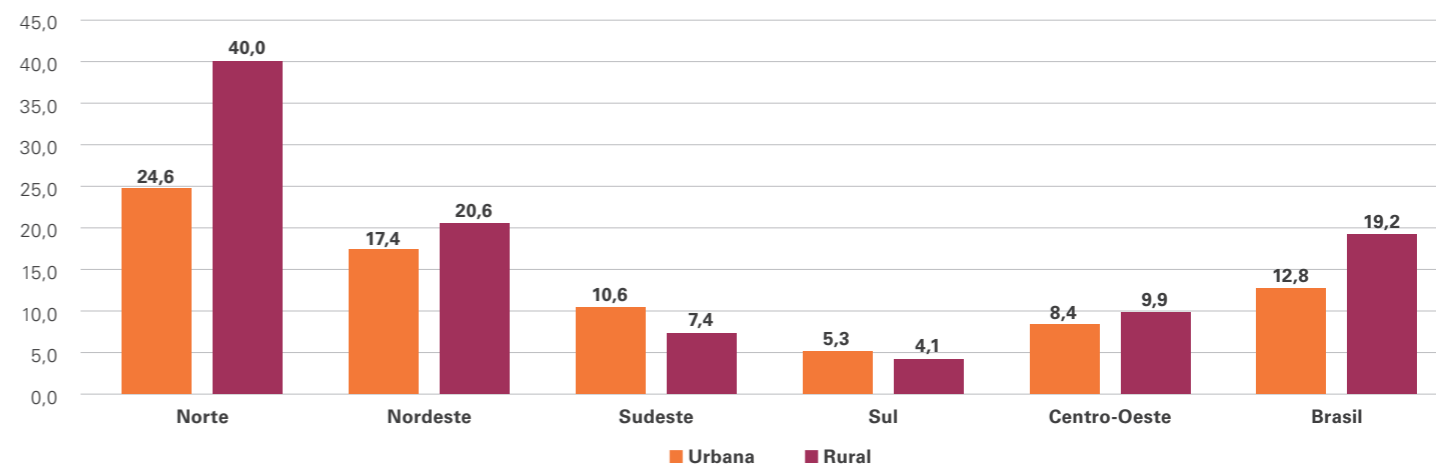
Gráfico 21. Distribuição de crianças de 11 a 14 anos, segundo condição de não frequência à escola, em áreas urbanas e rurais por Grandes Regiões, 2020 (%)



Fonte: IBGE. Pnad-Covid, nov. 2020. **Nota:** Considerou-se não frequentando a escola crianças e adolescentes de 11 a 14 anos que declararam não frequentar a escola ou que frequentavam a escola, mas não tiveram atividades escolares disponibilizadas na semana anterior à entrevista.

No Ensino Médio, adolescentes vivendo em áreas rurais nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste estão, proporcionalmente, mais fora da escola do que as(os) que vivem em áreas urbanas nessas regiões. Mais uma vez, a Região Sul apresenta as menores diferenças entre as populações vivendo em áreas urbanas e rurais.

Gráfico 22. Distribuição de adolescentes de 15 a 17 anos, segundo condição de não frequência à escola, em áreas urbanas e rurais por Grandes Regiões, 2020 (%)



Fonte: IBGE. Pnad-Covid, nov. 2020. **Nota:** Considerou-se não frequentando a escola crianças e adolescentes de 15 a 17 anos que declararam não frequentar a escola ou que frequentavam a escola, mas não tiveram atividades escolares disponibilizadas na semana anterior à entrevista.

Os estados brasileiros que apresentaram os maiores percentuais de exclusão escolar em relação ao total da população entre 6 e 17 anos estão localizados na Região Norte: Roraima, Amapá, Pará e Amazonas, com percentuais superiores a 30%. O Acre, na Região Norte, o Rio Grande do Norte, a Bahia e Sergipe, no Nordeste, apresentam percentuais acima de 20%.

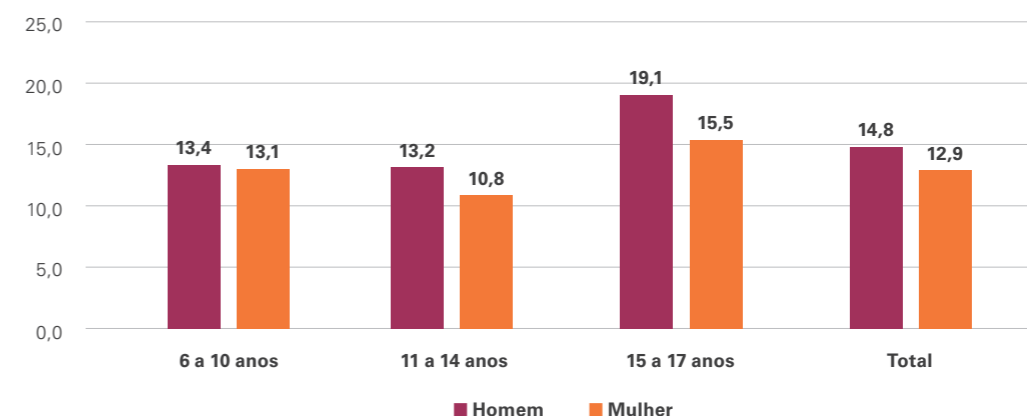
Tabela 21. Percentual de crianças e adolescentes de 6 a 17 anos com Ensino Médio incompleto que não frequentam a escola, por Unidade da Federação, 2020

Unidade da Federação	Não frequenta a escola		População total entre 6 e 17 anos
	N	%	N
Rondônia	22.026	6,7	331.057
Acre	52.237	24,6	212.373
Amazonas	300.044	32,0	936.243
Roraima	46.987	38,6	121.826
Pará	610.983	32,0	1.907.628
Amapá	71.949	35,7	201.352
Tocantins	41.961	13,0	322.767
Maranhão	244.307	15,8	1.549.489
Piauí	76.895	12,1	634.153
Ceará	135.069	8,2	1.651.979
Rio Grande do Norte	160.059	24,9	641.958
Paraíba	78.490	10,8	726.924
Pernambuco	230.500	13,1	1.763.663
Alagoas	124.106	17,7	699.787
Sergipe	93.133	21,4	435.891
Bahia	844.045	30,7	2.748.036
Minas Gerais	244.319	7,3	3.358.749
Espírito Santo	77.967	11,1	700.505
Rio de Janeiro	458.675	17,2	2.672.491
São Paulo	667.152	9,2	7.288.581
Paraná	83.087	4,4	1.875.085
Santa Catarina	49.539	4,4	1.128.192
Rio Grande do Sul	108.188	6,2	1.733.730
Mato Grosso do Sul	28.869	5,7	507.255
Mato Grosso	72.783	10,8	676.478
Goiás	123.426	9,7	1.266.221
Distrito Federal	28.497	5,4	524.416
TOTAL	5.075.294	13,9	36.616.832

Fonte: IBGE. Pnad-Covid, nov. 2020. Nota: Considerou-se não frequentando a escola crianças e adolescentes de 6 a 17 anos que declararam não frequentar a escola ou que frequentavam a escola, mas não tiveram atividades escolares disponibilizadas na semana anterior à entrevista.

A distribuição de crianças e adolescentes entre 6 e 17 anos por sexo confirma a maior exclusão escolar dos meninos quanto mais eles avançam na idade.

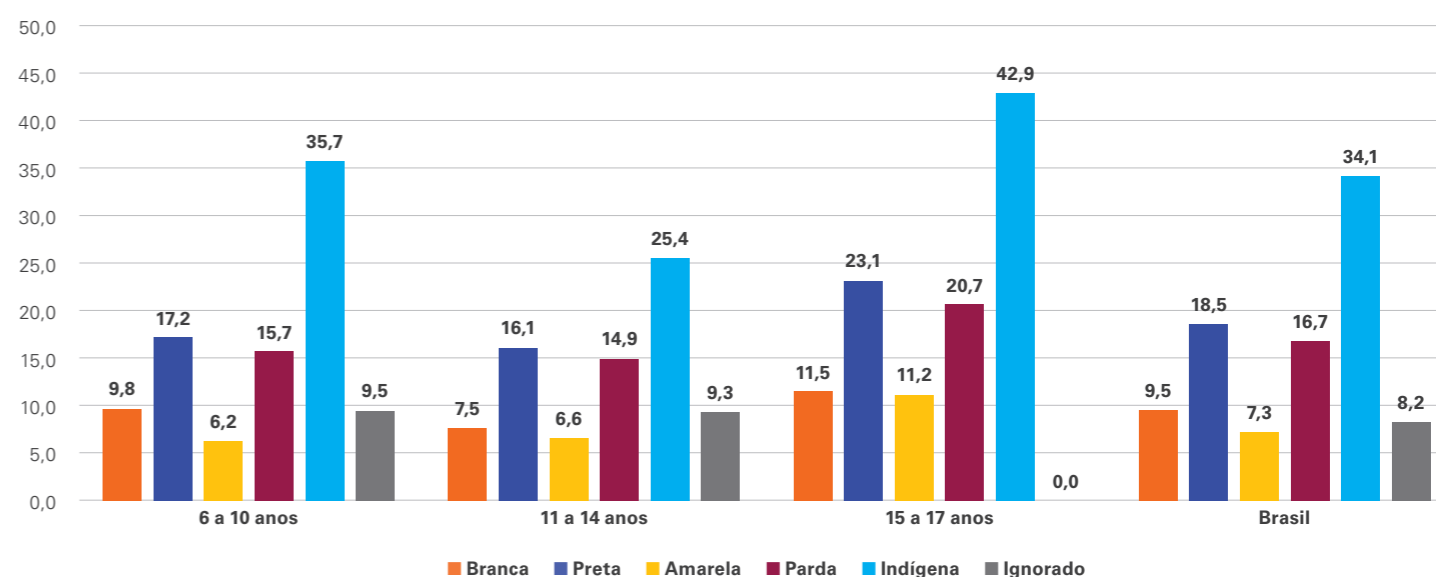
Gráfico 23. Percentual de crianças e adolescentes de 6 a 17 anos com Ensino Médio incompleto que não frequentam a escola, por sexo, Brasil, 2020



Fonte: IBGE. Pnad-Covid, nov. 2020. Nota: Considerou-se não frequentando a escola crianças e adolescentes de 15 a 17 anos que declararam não frequentar a escola ou que frequentavam a escola, mas não tiveram atividades escolares disponibilizadas na semana anterior à entrevista.

Crianças e adolescentes pretas(os), pardas(os) e indígenas são a maioria dentre as(os) excluídos da escola durante o ano letivo de 2020, o primeiro da pandemia.

Gráfico 24. Percentual de crianças e adolescentes de 6 a 17 anos com Ensino Médio incompleto que não frequentam a escola, por faixa etária e raça/cor, Brasil, 2020



Fonte: IBGE. Pnad-Covid, nov. 2020. Nota: Considerou-se não frequentando a escola crianças e adolescentes de 15 a 17 anos que declararam não frequentar a escola ou que frequentavam a escola, mas não tiveram atividades escolares disponibilizadas na semana anterior à entrevista.



©UNICEF/BRZ/JOSÉ NILSON

7. Recomendações: a urgência do enfrentamento da exclusão escolar

A Pnad-Covid 2020 estima que 5.075.294 crianças e adolescentes de 6 a 17 anos declararam não frequentar a escola ou que frequentavam a escola, mas não tiveram atividades escolares disponibilizadas na semana anterior à entrevista. Esse dado dialoga com a pesquisa realizada pela União dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), com apoio do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e do Itaú Social, entre os dias 29/01 e 21/02/2021.

Respondentes de 3.672 municípios informaram sobre o ano letivo de 2020 e seus planejamentos para 2021. Para 22,9% dos municípios, o calendário letivo de 2020 foi reorganizado para 2021; em 7,2% dos municípios, o calendário 2020 estava em processo de reorganização e 69,8% informaram ter concluído o ano letivo de 2020. As principais estratégias não presenciais adotadas pelas redes municipais foram o uso de materiais impressos (95,3%) e orientações pelo WhatsApp (92,9%). A preparação para o ano de 2021, no momento das consultas, havia sido realizada e concluída por 26,4% das redes.

Os resultados da pesquisa, somados aos dados aqui apresentados, evidenciam mais uma vez que é preciso intervir para alterar a situação de escolarização ou de desescolarização de crianças e adolescentes no Brasil, e que isso não se fará apenas esperando o tempo passar, de modo que as crianças e adolescentes cresçam e não estejam mais contempladas nessas estatísticas.

Trata-se de um projeto de futuro, que é construção da história e que se realiza no presente.

Se o Brasil, cada um de seus estados, cada município, cada escola, cada família, cada criança e cada adolescente pôde conviver com a exclusão até aqui, o cenário imposto pela pandemia a intensifica e exige medidas que busquem o seu enfrentamento.

A exclusão escolar, como registrado, tem como origem os contextos socioeconômicos e culturais, e as desigualdades sociais se reproduzem nas escolas. Limitações e demandas do cotidiano e também as vivências escolares são obstáculos ou motivos para que crianças e adolescentes em idade de escolarização obrigatória deixem de estudar.

As recomendações apresentadas neste documento pretendem contribuir para a tomada de decisão de gestores e profissionais da educação, bem como de outras áreas que atuam na garantia de direitos de crianças e adolescentes, e ser uma convocação a toda a sociedade, de modo que todos estejam engajados para que cada criança e cada adolescente esteja na escola, aprendendo

1. Busca ativa de crianças e adolescentes que estão fora da escola

Encontrar cada um dos mais de 5 milhões de crianças e adolescentes que estão fora da escola, ou não conseguiram se manter aprendendo na pandemia, não é uma tarefa simples. É fundamental que haja um esforço conjunto, unindo profissionais da educação, saúde, assistência social, com apoio de organizações da sociedade civil, empresas, instituições religiosas e toda a sociedade.

Uma vez identificadas as crianças e adolescentes que estão fora da escola, é preciso entrar em contato com elas(es) e com suas famílias, entender as motivações, e atuar, de forma intersetorial, para sanar desafios e possibilitar o início ou o retorno à escolarização. A oferta de vagas em horários compatíveis às atividades das famílias, no caso das crianças e às atividades das(os) adolescentes, bem como a proximidade da escola e da moradia ou do trabalho ou a disponibilização de transporte escolar, são informações a serem incluídas no planejamento das iniciativas.

Para apoiar estados e municípios, o UNICEF conta com a estratégia Busca Ativa Escolar, desenvolvida em parceria com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), com o apoio do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social (Congemas) e do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems). No site da estratégia (<https://buscaativaescolar.org.br/>) encontram-se informações e materiais de apoio para que municípios e estados desenvolvam ações voltadas para a identificação, (re)matrícula e acolhimento de meninas e meninos que estão fora da escola. A estratégia foi revisitada para responder a situações de crises e emergências, como a da pandemia do coronavírus, e atender às necessidades que momentos emergenciais como estes nos impõem.

2. Comunicação comunitária

A organização de campanhas públicas para a realização de matrícula a qualquer momento do ano letivo, com a utilização de mídias como o rádio, a TV e as redes sociais, e também os encontros em praças e parques, quando isso for possível, podem ser um estímulo ao ingresso ou ao retorno à escolarização e, ainda, desencadeadores do debate de toda a sociedade sobre a importância da escolarização na idade certa, o que não é pouco.

É claro que isso demandaria das redes públicas a reorganização de seus calendários escolares, mas diante do cenário que se tem, qual seria o problema em ter estudantes iniciando o ano letivo em diferentes momentos do ano. Como maio ou setembro?

Também será oportuno debater com eventuais empregadores de adolescentes para garantir que o direito à educação se efetive.

Recomendações sobre a matrícula em qualquer momento do ano letivo podem ser encontradas em: <https://www.uncme.org.br/Gerenciador/arquivos/d262f7810f21c1fcb3c749fc485e3a90.pdf>

Uma série de ferramentas de comunicação e materiais estão disponíveis no site <https://buscaativaescolar.org.br/campanha/>

3. Garantir acesso à internet

A referida pesquisa realizada pela Undime informa que 48,7% das redes municipais de ensino registraram muita dificuldade para o acesso de estudantes à internet e 24,1% para o acesso de docentes. E, ainda que a maioria das redes informe o uso de materiais impressos e orientações via WhatsApp para a manutenção dos vínculos de estudantes com as escolas, 74,1% das redes municipais declararam ter realizado formação para docentes sobre o uso de tecnologias para o ensino remoto.

A infraestrutura das escolas para as(os) estudantes no retorno às aulas também parece ser um obstáculo a ser enfrentado: 40% das redes reportaram inadequação.

Com a permanência do Brasil na pandemia, que se anuncia longa, é ainda mais urgente investir em políticas de conectividade para as escolas e acesso à internet para estudantes e professores.

4. Mobilizar as escolas

Os dirigentes escolares, docentes e técnicas(os) das secretarias municipais e estaduais responsáveis pelo acompanhamento das escolas precisam ser apoiados para realizar de forma eficaz o acompanhamento e monitoramento das trajetórias das(os) estudantes e também pelas iniciativas de redução do abandono.

Todas(os) as(os) profissionais das escolas precisam estar comprometidas(os) com a inclusão escolar, seja pelo acolhimento de matrículas ao longo do ano letivo, seja na organização curricular para receber estudantes que iniciam ou retornam às atividades escolares em diferentes momentos.

Se essa possibilidade for considerada, é preciso preparar as escolas, oferecer formação para dirigentes escolares e docentes, repensar o currículo e a organização dos tempos e espaços da escola.

Nesse processo de reabertura segura das escolas e no enfrentamento dos impactos diretos e indiretos do fechamento prolongado das escolas, sugerimos os materiais disponíveis em duas iniciativas do UNICEF e parceiros:

- Orientações para a reabertura segura das escolas podem ser encontradas em uma página especializada construída pelo UNICEF no endereço: <https://www.unicef.org/brazil/reabertura-segura-das-escolas>. Destacamos, nessa página, uma ferramenta de

autoavaliação das condições de água, saneamento e higiene com recomendações para cada um dos temas abordados disponível em: <https://escolas.buscaativaescolar.org.br/quest>.

- A estratégia Trajetórias de Sucesso Escolar é uma iniciativa do UNICEF, e parceiros para o enfrentamento da cultura de fracasso escolar no Brasil. Ferramentas para diagnóstico e materiais com recomendações e para formação podem ser encontradas no endereço: <https://trajetoriaescolar.org.br>.

5. Fortalecimento do sistema de garantia de direitos

As políticas públicas de proteção integral às crianças e aos adolescentes precisam, neste momento, ser ativadas e amplificadas. Trata-se da mobilização intersetorial, da sociedade civil e de cada família.

As políticas de transferência de renda nos cenários da exclusão escolar são essenciais e, neste momento de pandemia, isso parece ficar ainda mais evidente.

A proteção contra a violência doméstica, que recai sobre crianças e adolescentes com mais intensidade durante os momentos intermitentes de isolamento social que o Brasil tem vivido durante a pandemia, também precisa ser incrementada por meio da divulgação de campanhas e do fortalecimento das parcerias com a assistência social e a saúde.

Não menos importante é a preparação para receber essa parcela da população que nunca esteve ou que retorna às escolas. Trata-se de acolher as populações negra, indígena, LGBT e garantir a elas a possibilidade de serem como são, combatendo as discriminações, acolhendo diferenças corporais, utilizando nomes sociais, cuidando para a promoção e a manutenção da saúde mental, em especial de adolescentes, impedindo que a cor, a classe ou o gênero sejam critérios subliminares e estruturais para a manutenção das desigualdades e para a exclusão de parcelas da população ao direito à educação.



© UNICEF/BRZ/DANIEL TANCREDI

Nota Técnica: estimativa do número de crianças e adolescentes de 6 a 16 anos sem frequência à escola em novembro de 2020

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – Pnad Covid-19 foi realizada pelo IBGE no período de maio a novembro de 2020 e teve como objetivo estimar o número de pessoas com sintomas referidos associados à síndrome gripal e monitorar os impactos da pandemia da Covid-19 no mercado de trabalho brasileiro. Esse tipo de levantamento se insere no campo das estatísticas experimentais, ou seja, são estatísticas que ainda estão em fase de testes, portanto suas vantagens e desvantagens ainda não são totalmente conhecidas. No entanto, dada a ocorrência da pandemia, esse tipo de pesquisa é extremamente importante, pois permite ampliação da oferta de informações necessárias para o momento.

O levantamento foi realizado por telefone. A amostra foi composta por 193 mil domicílios, com aproximadamente 48 mil entrevistados por semana. A mesma amostra permaneceu em campo no período de maio a novembro. Todos os moradores residentes nos domicílios selecionados responderam à pesquisa.

O questionário de novembro continha 56 perguntas distribuídas em seis módulos: Módulo A – Características dos moradores (14 perguntas); Módulo B – Covid-19 (11 perguntas); Módulo C – Características de trabalho das pessoas de 14 anos de idade ou mais (24 perguntas); Módulo D – Rendimentos de outras fontes de todos os moradores do domicílio (1 pergunta); Módulo E – Empréstimos (2 perguntas) e Módulo F – Domicílio, propriedade e valor do aluguel (4 perguntas).

Com base nesse questionário, calculou-se a situação escolar das crianças e adolescentes de 6 a 17 anos em novembro de 2020. Para tanto, foram utilizadas três questões:

- **A6:** faixa etária de 6 a 16 anos: Frequenta escola (está matriculado/a)?, ou, se faixa etária de 17 a 29 anos: Frequenta escola ou faculdade (está matriculado/a)? 1. *Sim*; 2. *Não*. No banco de microdados, essa questão corresponde à variável A006.

- **A6b:** Você está tendo aulas presenciais? 1. *Sim, normalmente*; 2. *Sim, mas apenas parcialmente*; 3. *Não, e meu curso normalmente é presencial/semipresencial*; 4. *Não, meu curso é on-line*. No banco de microdados, essa questão corresponde à variável A006b.

- **A7:** Na semana passada, foram disponibilizadas atividades escolares para realizar em casa (aulas on-line, deveres, estudo dirigido etc.)? 1. *Sim, e realizou pelo menos parte delas*; 2. *Sim, mas não realizou (por qualquer motivo)*; 3. *Não*; 4. *Não, porque estava de férias*. No banco de microdados, essa questão corresponde à variável A007.

A partir do cruzamento dessas questões, obtiveram-se as seguintes situações para as crianças e adolescentes de 6 a 17 anos:

- **Não frequenta a escola (A6 igual a 2):** 1,4 milhão de crianças e adolescentes de 6 a 17 anos sem Ensino Médio completo.
- **Frequenta a escola, mas não teve atividades escolares disponibilizadas na semana anterior à entrevista (A6 igual a 1, A6b diferente de 1 e A7 igual a 3):** 3,7 milhões de crianças e adolescentes de 6 a 17 anos sem Ensino Médio completo.
- **Frequenta a escola e teve atividades escolares disponibilizadas na semana anterior à entrevista: (A6 igual a 1, A6b diferente de 1 e A7 igual a 1 ou 2):** 30,5 milhões de crianças e adolescentes de 6 a 17 anos sem Ensino Médio completo.
- **Frequenta a escola, mas estava de férias (A6 igual a 1, A6b diferente de 1 e A7 igual a 4):** 216 mil crianças e adolescentes de 6 a 17 anos sem Ensino Médio completo.
- **Frequenta a escola presencialmente (A6 igual a 1 e A6b igual a 1):** 850 mil crianças e adolescentes de 6 a 17 anos sem Ensino Médio completo.
- **Concluiu o Ensino Médio e não frequenta a escola:** 107 mil adolescentes de 17 anos.
- **Concluiu o Ensino Médio e frequenta a escola:** 183 mil adolescentes de 17 anos.

A partir dessas situações obteve-se o total de crianças que não frequentavam a escola ou que não tiveram atividades escolares disponibilizadas na semana anterior à entrevista (*Figura 1*).



para cada criança